



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Ata da 17ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada no Plenário da CMJP, aos 10 dias do mês de abril do ano de 2025.

Composição da mesa na abertura dos trabalhos

Presidente

Vereador Odon Bezerra Cavalcanti Sobrinho (PSB)

Primeiro-Secretário

Vereador Marcos Henriques e Silva (PT)

Lista de vereadores presentes em plenário

Vereador Valdir José Dowsley – Dinho (PSD)
Vereadora Eliza Virgínia de Souza Fernandes (PP)
Vereador Carlos Henrique da Costa Santos – Carlão Pelo Bem (PL)
Vereador Damásio Franca Segundo Neto (PP)
Vereador Edmilson de Araújo Soares (PSB)
Vereador Fernando Paulo Carrilho Milanez Neto (MDB)
Vereador Ícaro Fernando de Oliveira Chaves (PODE)
Vereador Ives Rocha Leitão – Mikika Leitão (REPUBLICANOS)
Vereadora Jailma Vasconcelos de Carvalho (PSB)
Vereador João Almeida de Carvalho Júnior (PDT)
Vereador João Bosco dos Santos Filho – Bosquinho (PV)
Vereador João Carvalho da Costa Sobrinho – João Corujinha (PP)
Vereador Luís Paulo de Araújo – Luís da Padaria (AGIR)
Vereador Marcos Bandeira Pequeno (AVANTE)
Vereador Marcos Vinícius Sales Nóbrega (PDT)
Vereador Moisés Figueiredo Ferreira Lima – Mô Lima (PP)
Vereador Raoni Barreto Mendes (DC)
Vereador Ricardo da Silva Almeida – Guguinha Moov Jampa (PSD)
Vereador Rômulo Lopes Dantas Coelho (MOBILIZA)
Vereador Valdir Trindade dos Santos (REPUBLICANOS)
Vereador Wamberto Ramos Ulysses de Carvalho (REPUBLICANOS)

Ausentes com justificativa: Vereadores Antônio Fábio Soares Carneiro – Fábio Carneiro (SDS), Antônio Luiz de Lima Filho – Toinho Pé de Aço (REPUBLICANOS), Fábio Nóbrega Lopes (PL), Francisco Henrique da Silva – Chico do Sindicato (AVANTE) e Paulo Tarcísio Pessoa Jardim (PP).

Ausente: Vereador Durval Ferreira da Silva Filho (PL).



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ABERTURA

Às 09h53, o Sr. Presidente disse: “Sob a proteção de Deus, em nome do povo pessoense, declaro abertos os trabalhos desta sessão ordinária”.

Na sequência, o Sr. vereador Milanez Neto solicitou para fazer a leitura do texto bíblico. O Presidente Odon Bezerra informou da não obrigatoriedade da leitura bíblica e concedeu a solicitação.

1 PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. Presidente, vereador Valdir Dowsley – Dinho, determinou ao Primeiro-Secretário que procedesse a leitura da pauta de matérias do expediente disponibilizada no SAPL (**) e dos documentos do expediente em mesa (*****).

Pela ordem, o Sr. vereador Odon Bezerra, solicitou para dar como lidos os requerimentos dos vereadores presentes, o que foi acatado.

Justificativa Oral – Autoria: GVCS

Assunto: Justifica ausência do vereador Chico do Sindicato nesta sessão.

O Sr. Presidente colocou em votação a ata da 16ª Sessão Ordinária, solicitada a dispensa de sua leitura, tendo em vista estar disponível no SAPL. Havendo consenso do Plenário, a ata foi considerada lida e, em seguida, aprovada.

1.1 Demais Matérias Legislativas Encaminhadas ()**

Em pauta do SAPL.

1.2 Discussão e votação de requerimentos, ofícios e indicações ()**

Aprovados os requerimentos, os ofícios e as indicações que constam na pauta do Setor do Expediente (SAPL). Conforme artigo 89, § 2º do Regimento Interno, foram retirados da pauta de votação os requerimentos, ofícios e indicações dos vereadores ausentes na sessão.

1.2.1 Discussão das indicações em destaque:

Não houve.

1.2.2 Discussão dos requerimentos em destaque:



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

REQ-Votos (Art.171, Inc. X - Reg. Interno CMJP) nº 98/2025, de autoria do Sr. vereador João Almeida, que trata sobre voto de repúdio à fala do Sr. Silas Malafaia, em referência às declarações proferidas contra o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta.

Situação: aprovado.

Declaração de voto:

O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Quero me acostar ao voto de repúdio solicitado pelo vereador João Almeida ao pastor Silas Malafaia, em referência às declarações proferidas contra o presidente da Câmara, Hugo Mota. Ele foi muito infeliz da forma como ele cobra, falastrão como sempre, charlatão e ele vem agredindo as pessoas de maneira demasiada porque não pensam igual a ele. Essa é uma característica da extrema direita. Recentemente teve um deputado, um tal de Gilvan, que desejou a morte do presidente Lula, falando palavras bárbaras sobre isso, como é peculiar da extrema direita a covardia, ele agora está se desculpando porque vão colocá-lo no Conselho de Ética. Então, a extrema direita é covarde, inoportuna, não resolve nada e só quer ter razão. Mas a Justiça está aí para coibir, porque eles tentam inverter as coisas. Quando você fala besteira, como esse Gilvan falou, e se ameaça colocar no Conselho de Ética, ele pede desculpas. Covardia, a extrema direita é covarde. Fica aqui a minha solidariedade a este voto de repúdio oportuno do vereador João Almeida”. O Sr. vereador João Almeida disse: “Eu agradeço a declaração de voto do vereador Marcos Henriques, ao tempo que eu parabenizo a postura dos vereadores desta Casa, incluindo vereadores notadamente de direita e extrema direita, que faz justiça às palavras inoportunas, caluniosas de Silas Malafaia. E o ser humano, por sua natureza, enxerga no próximo a áurea da sua própria personalidade. Não tenho dúvida nenhuma de que o Silas Malafaia, a quem eu não imputo a condição de pastor, ele, obviamente, coloca para fora aquilo o que o coração dele está cheio e enxerga nos outros a alma da sua própria personalidade. Muito pelo contrário do que ele afirma, de forma caluniosa, o presidente Hugo Mota honra, sim, todos os paraibanos — seja paraibano de esquerda, de direita, de centro-esquerda, de centro-direita. É um jovem que representa o Brasil, um jovem que está revolucionando a cadeira que ora ele ocupa. E ao presidente Hugo Mota, essa Casa, agora sim, ela faz jus. Ela dá um voto de repúdio que haveria de ser divulgado nacionalmente, para que o Brasil inteiro saiba que a Paraíba se orgulha do presidente da Câmara dos deputados federais, o nosso querido deputado Hugo Mota. E parabenizo, obviamente, a postura de todos os vereadores, sobretudo aqueles que ocupam hoje a condição de direita e extrema direita aqui nesta Casa”. O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Só para considerar que, no tocante ao voto de repúdio, eu me abstenho desta votação. E, se a gente quer trazer equilíbrio para a Casa, eu não vejo que as palavras do vereador Marcos Henriques, do PT, agreguem em nada. Se a gente quer um equilíbrio na Casa, inclusive, o vereador João Almeida sempre criticou muito trazer pautas federais, mas traz uma pauta federal agora. Então, a gente tem que entender que, para o deputado Hugo Mota, ao qual eu tenho respeito, para ele chegar lá, ele precisou de votos da direita, da esquerda. Com certeza, se sentou na hora e se discutiu a injustiça que está acontecendo com os presos do 8 de janeiro, que deveria ser resolvida, ou pelo menos, em parte, com anistia. E isso não está sendo colocado em prática. Então, é político quem aguenta pancada. Quem não for, faça carreira. Eu saí da minha carreira de advogado, tinha a minha história com minha esposa e com meus irmãos de fé, mas vim para cá, e aguento pancada de todo jeito. E sou vereador. Imagine um homem que é presidente do Congresso Nacional, presidente da Câmara dos Deputados. Tem que ser cobrada a anistia. Acho que o processo é esse. Para Hugo Mota ser presidente hoje, ele precisou tratar diretamente com os deputados federais do PL. Se o pastor, e tiraram até a condição de pastor de Silas Malafaia, isso também é muito sério. É um homem que tem o seu papel importante na nação como religioso. Você pode até não acreditar, problema de quem não acreditar, mas é um homem que tem um papel importante na sua religião. É um homem desafiador, que não se rende e não se curva ao autoritarismo. E eu vejo muita



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

gente calada aqui. Então, a gente precisa trazer o equilíbrio e essa Casa precisa dar esse equilíbrio. Então, me abstenho da votação deste voto de repúdio e acho que esse debate tem que ser, cada vez mais, equilibrado. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “Só lembrando que a votação já houve. Registre-se em ata a fala do vereador Carlão, mas a votação já houve”. O Sr. vereador Guguinha Moov Jampa disse: “Eu quero apoiar o voto de repúdio que o vereador João Almeida trouxe. E, vereador Carlão, sou do mesmo posicionamento de João, acho que os debates nacionais devem ser mais evitados nesta Casa. Só que o que o pastor Malafaia fez atingiu os paraibanos. Ele usou o microfone, em plena Avenida Paulista, para dizer que os paraibanos não se orgulhavam de Hugo Motta. Pelo contrário, eu, como parlamentar e como cidadão, me orgulho de ter um paraibano presidente da Câmara dos Deputados. Então, se vai ter anistia ou não, não pode ser de goela abaixo, se vai ter o debate da anistia e a votação, tem que ter o tempo. Agora, eu uso também das palavras do vereador Marcos Henriques, que eu acho que a Câmara dos Deputados chegou a um momento muito crítico quando um deputado defende a morte de um presidente da República, seja ele da direita ou da esquerda. Isso é muito grave e eu acho que o Conselho de Ética, lá na Câmara, tem que tomar uma providência, seja Bolsonaro, seja Lula ou qualquer um”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, chamou a atenção dos vereadores, mais uma vez, dizendo: “Lembrando que não é discussão. É só a declaração de voto”. O Sr. vereador Mikika Leitão disse: “Eu queria aproveitar o ensejo e dar os parabéns ao ilustre vereador João Almeida por esse voto de repúdio, que atingiu toda a nossa Paraíba. Hugo Motta, Carlão, é um deputado que nos orgulha, preside o Congresso Nacional, um cargo de alta relevância. Ali está sentado um paraibano e merece todo o respeito da população brasileira, independentemente de qualquer posição política dele, o respeito está acima de tudo. Sobre a pauta de Brasília, da anistia, já são outros quinhentos. Hugo Motta está lá como juiz, então ele não vota. A anistia vai ser votada ou não, depende do sistema da Câmara Federal, em Brasília. Hugo Motta é um homem equilibrado, um jovem atencioso, tem se destacado na mídia nacional, levando nossa Paraíba lá acima. E também dizer a Marcos Henriques que me acosto a sua palavra. E repito: João Almeida fez um gesto de grandeza para toda a nossa João Pessoa e a Paraíba”. A Sr.^a vereadora Jailma Carvalho disse: “Eu subscrevo o requerimento, que eu acredito que o debate principal aqui é a defesa da democracia, porque o fato de a gente discordar do posicionamento do outro não dá o direito de a gente invadir. Porque aqui a gente dialoga com várias frentes, direita, centro, esquerda, mas isso não nos dá o direito de invadir o poder público, de invadir essa Casa e de depredar patrimônio público. Então, me acosto, João, isso é um debate importante, porque a nossa luta é pela defesa da democracia”.

1.3 Comentários

O Sr. vereador Odon Bezerra disse: “A matéria que trago à baila na manhã de hoje é uma preocupação de todos nós: o Hospital Padre Zé. O vereador Milanez, hoje, pela manhã, me abordava toda a preocupação que se tem e que se teve nessa Casa. Eu, por exemplo, no meu último ano de mandato passado, destinei R\$ 50 mil dentro das minhas emendas. Nunca tinha destinado, para que se salvasse o Hospital Padre Zé e ontem todos nós somos tomados de surpresa por uma decisão da Justiça. Eu tive a preocupação de pegar a decisão da juíza que indeferiu a liminar e ela segmenta todo o posicionamento em cima de uma Súmula do TCU, que é aplicada, por simetria, aos Tribunais de Contas de cada estado. Ela disse textualmente: *‘A pessoa jurídica de direito privado, destinatária de transferências voluntárias de recursos federais feitas com vistas à concessão de uma finalidade pública, responde solidariamente com seus administradores pelo dano causado ao erário’*. Vejam, a Prefeitura de João Pessoa tem o interesse na continuação do trabalho que é feito pelo nosso Hospital Padre Zé. Não tenho



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

a menor dúvida, foi essa palavra do secretário, hoje pela manhã, nas emissoras de rádio e de televisão. Agora, se ele faz o contrato, ele pode estar causando ou entrando na improbidade, porque faltam as certidões negativas dentro do contrato. Eu trago uma sugestão, conversando há pouco com o nosso líder maior, Edmilson, que também externava a sua preocupação, eu proponho que formemos uma comissão ou a Mesa Diretora vá até o Tribunal de Justiça falar com a pessoa mais indicada, que é o presidente do Tribunal de Justiça, dr. Fred Coutinho, que tem um cordão umbilical ligado com aquela instituição, porque o Padre Zé era tio de Fred. É necessária a atuação de todos nós que debatemos tanto nessa Casa sobre o hospital. Imaginem 100 (cem) leitos, que são custeados pelo município de João Pessoa e que amanhã essas pessoas vão estar na rua, porque não temos o estabelecimento aberto à população e atender à própria Prefeitura Municipal de João Pessoa. Então, não é o meu interesse, não é o interesse do vereador João Almeida, é o interesse da cidade de João Pessoa, melhor, do Estado da Paraíba, porque ali estão sendo socorridas pessoas de todos os recantos do estado. Então, essa importante missão, sugiro que nós façamos essa caminhada até o Tribunal de Justiça, em comissão, e conversar. Pode flexibilizar? Olha, só quem pode fazer isso é o judiciário, porque eu entendo que o interesse público aí é maior, a atenção à vida e à saúde do cidadão é maior. Então, essa comissão conversar para que se deixe de interpretar a letra fria da lei e passe a ter um olhar social, a função social do contrato, que basta que se olhe com um sentimento de todas aquelas pessoas que se encontram naquele hospital. É um problema da sociedade de João Pessoa e eu me incluo. Eu peço ao Sr. Presidente que forme essa comissão, ligue para a assessoria do presidente do Tribunal de Justiça, para que comecemos a conversar e ter nesse olhar, o olhar social, não a letra fria da lei como está posta aqui. Eu sei, o juiz é um escravo da lei, mas a sociedade está acima de tudo e de todos. As ciências sociais vão com a evolução conforme a sociedade e eu entendo que nesse momento o mais importante não é a letra fria morta da lei, é a questão social que aflige a todos nós, inclusive, a unanimidade dessa Casa. Portanto, eu peço a Vossa Excelência que a sua assessoria tente manter, eu me proponho a ir. A minha mãe era professora do Instituto Padre Zé. Quantas e quantas vezes eu fui com ela, pequeno ali, ela na alfabetização de adultos, o que representa aquela casa para toda a nossa cidade? Então, ela é importante e que é um problema sério causado por um cidadão ou mais, não importa. Eu quero aqui que se ponha a venda para trás, a Justiça já está tomando conta, mas precisamos olhar para frente com o olhar direcionado pela vida de 100 (cem) pessoas que estão lá internadas e que a Prefeitura já vem custeando. Muito obrigado pela tolerância, mas eu creio que o assunto é de extrema relevância”.

O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, disse: “Eu sugiro que, assim como houve aquela crise no Padre Zé e foi feita uma comissão e, não só eu, mas o vereador Thiago e alguns vereadores participaram, junto com o padre George, e dialogamos, inclusive, fizemos uma visita àquela instituição, na época ainda sem emendas impositivas, porque a gente ainda ia colocar, e fizemos uma doação pessoal. Inclusive, fizemos uma mobilização e, após essa visita, a gente destinou quase R\$ 2.300.000 (dois milhões e trezentos mil reais) para aquela entidade. Hoje, existe um outro problema, porque as contas não foram aprovadas. Então, a instituição não pode receber o recurso. Então, é um outro problema, que se vai agora, junto com o Ministério Público, tentar uma solução. Então, eu sugiro a gente criar uma comissão aqui desta Casa, de sete membros. Vou providenciar isso com a assessoria, e quem tiver interessado em participar desta comissão e ir conversar com o padre George, para ver a possibilidade da ajuda que esta Casa já dá, através de emendas impositivas ao Padre Zé todo ano, eu mesmo destino, mas vamos ver qual a solução para este problema. Tem que haver uma saída, porque aquele equipamento não pode fechar. Independente do prejuízo que houve, a instituição está lá e atendendo várias pessoas. Não é possível que a gente não tenha nenhuma saída para aquele equipamento. Então, eu sugiro essa comissão, e os que quiserem podem encaminhar os nomes para a



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

comissão. Recebemos aqui a visita do presidente da Associação de Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil e do Estado da Paraíba. E recebemos aqui, no dia de hoje, os dados econômicos de todos os municípios da Paraíba, inclusive, com Bolsa Atleta até o Vale Gás. Este material é importantíssimo. Registrar aqui a vinda de dr. Felipe, entregando este material à Câmara Municipal. Peço que seja encaminhado à presidência para a gente fazer um voto de aplausos à Associação pelo empréstimo deste material”.

O Sr. vereador Guguiha Moov Jampa disse: “Faço hoje uso do Pequeno Experiente para trazer dois assuntos que movimentaram muito a imprensa nas últimas horas. Inicialmente, gostaria de destacar a última pesquisa de avaliação do governo do prefeito Cícero, que chega a números próximos de 70% — embora tenha conhecimento de números bem melhores em consultas internas —, para efeito de avaliação e construção de ações que melhoram a qualidade de vida das pessoas de nossa cidade. E, aproveitar aqui, já agradecer aos meus pares, que o requerimento que fiz de voto de aplauso ao prefeito Cícero, por essa porcentagem na última pesquisa, foi unânime nessa Casa. Agradecer também à oposição. Não me surpreendem esses números por um motivo bem simples: eu tenho andado essa cidade todos os dias, os três turnos, e tenho conversado com as pessoas e colhido essa impressão *in loco*. Precisa melhorar muita coisa? Claro que precisa, e isso está sendo feito no dia a dia — pelo menos no nosso mandato. A gestão municipal tem imprimido um ritmo forte de obras, ação administrativa, sem descuidar dos servidores e das pessoas. Esse resultado tem sido sentido em todo o estado, o que tem feito Cícero Lucena cair no gosto dos paraibanos, que já vem visto como o sucessor do governador João Azevêdo. Quero aqui dizer que, com todo respeito aos demais aliados do nosso grupo político, mas hoje, com a gestão exitosa, bem avaliada e com um capital eleitoral expressivo em João Pessoa, vejo o nosso prefeito Cícero como o melhor nome para dar continuidade ao projeto que se encontra em pleno êxito na Paraíba. Quero aproveitar essa oportunidade para destacar o esforço da Prefeitura, através do prefeito Cícero Lucena, do secretário Luiz Filho e da secretária Janine para soluções desse problema do Hospital Padre Zé. É preciso um esforço conjunto dessa Casa. Essa Casa tem um papel importante não só para assegurar que aquele hospital continue a emprestar sua missão humana de cuidar da saúde dos mais frágeis, mas também honrar o legado do Padre Zé Coutinho. A gente não pode deixar aquele hospital fechar. Faço um apelo ao senhor juiz, dr. Nilson Bandeira do Nascimento, da 6ª Vara da Fazenda Pública da Capital, para que acate o pedido do Hospital e da Prefeitura e mantenha acesa a chama social do Hospital Padre Zé. Quero aproveitar e me colocar à disposição para também fazer parte da comissão para que a gente, juntos, não só destinar emendas para o hospital, mas que aquele hospital continue fazendo o grande trabalho que ele vem fazendo. E aproveitar, já que eu esqueci no momento, sobre o Sabadinho Bom, agradecer também a você, Mô Lima, que fez sua fala em defesa do Sabadinho Bom. Obrigado por subscrever. Você também tem a cara daquele projeto, que eu tenho certeza que vai aumentar muito nessa cidade. E dizer ao vereador Marcos Henriques que, antes de assumir esse mandato, eu conversei com o senhor aqui na Câmara, pedindo ajuda para que a gente pudesse destinar emendas para que a gente possa melhorar cada vez mais o Sabadinho Bom. E aí, eu tenho certeza que, com sua atuação ao Sabadinho Bom e a defesa, que tanto ergue essa bandeira nessa Casa, o senhor, a vereadora Jailma e tantos outros vão destinar emendas para que a gente possa continuar acreditando nesse projeto”.

O Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “Precisa se reestabelecer a verdade para que uma mentira, muitas vezes repetida, não se torne verdade. Curiosamente, no dia 1º de abril, para alguns, conhecido como o dia da mentira, a gestão municipal da saúde pública de João Pessoa nega, por escrito, a renovação do contrato do Hospital Padre Zé. Ali não tem CPF de quem quer que seja, ali tem



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

90 anos de história de pessoas que precisam da saúde pública, das pessoas que precisam da verdadeira humanização da saúde pública. Para muitos que estão aqui me vendo, nós não precisamos. Nós temos planos de saúde, é uma vida mais cômoda. Se nega a renovação do contrato. Vai a imprensa dizer que entrou com uma ação judicial conjunta com o Hospital Padre Zé, para que fosse solucionado o problema. Mentira, novamente. A ação é do Hospital Padre Zé, uma tutela antecipada contra a Prefeitura, contra a decisão proferida no dia 1º de abril. Prefeitura, ela nunca foi esse exemplo todo de cumprir ação judicial, nem de respeitar as leis. Nunca foi de respeitar, como hoje quer dizer que quer respeitar a lei? Na verdade, o que a opinião pública precisa saber é que, hoje, o Padre Zé é gerido pelo homem de bem, pelo padre que é exemplo para todos que conhecem a sua história. Esse direito todo de cuidar, de ver as contas, não tiveram na gestão anterior, onde a corrupção prevalecia. Não tiveram esse cuidado para com a gestão anterior que todas as contas, até então, eram aprovadas antes desse escândalo. Vocês não estão penalizando o padre George, vocês não estão penalizando o Hospital Padre Zé, vocês não estão penalizando as pessoas que já geriram aquele hospital – *in memoriam*, eu preciso citar o dr. Júlio Aurélio, que foi um dos homens mais corretos que teve a oportunidade de gerir aquele hospital –, vocês estão penalizando a cidade, vocês estão penalizando os cidadãos, vocês estão penalizando as pessoas que estão naqueles leitos, e o pior, vocês estão querendo fechar o hospital sem ter uma única maca para onde colocar aqueles pacientes. Vocês querem, agora, dar aula de moral e cívica aonde não cabe, porque os professores que estão querendo dar essa aula não são exemplos para ninguém. A verdade precisa ser restabelecida. Nós iremos, no Grande Expediente, trazer mais detalhes para poder subsidiar este debate, para que a cidade conheça o verdadeiro cancelamento do contrato do Padre Zé, para que não culpem a Justiça. Porque quando querem nomear indiciados, quando querem propor e fazer acordo judicial, quando têm interesses de manter o hospital funcionando, como tiveram ao longo de décadas – inclusive, no Hospital Padre Zé, na gestão anterior, se fazia todo tipo de acordo, se fazia todo tipo de pagamento. Agora, que está sendo gerido pelo homem de bem, pelo homem que, realmente, tem dignificado aquele hospital, o recado que se dá é a tentativa de fechar o Padre Zé, que, eu tenho certeza, que não será fechado, porque a sociedade irá responder à altura. Muito obrigado, Presidente”.

O Sr. vereador Raoni Mendes disse: “No mesmo tom em que a oposição se levanta: a boca só fala daquilo que o coração está cheio. Tire a raiva, tire o rancor, vereador Milanez. Não leve para o lado pessoal. O Padre Zé clama, e trago a essa tribuna esse tema também porque o Padre Zé clama é de unidade, de união, de palavras de apoio. Utilizar os recortes para as redes sociais, para reverberar algo que todo mundo sabe: que padre George é um homem de bem. E ninguém duvida disso. Eu quero destacar a importância do Hospital Padre Zé, a sua história, a sua missão de servir à população mais vulnerável. Ao Hospital Padre Zé, que tem se consolidado ao longo dos anos como um símbolo de solidariedade, compromisso com a saúde pública, com atendimentos voltados, principalmente para as pessoas em situação de vulnerabilidade social, mesmo diante dos desafios financeiros. Talvez, não escutou que essa Casa destinou 2,3 milhões de reais. Talvez, na gestão de Cartaxo, não se levantou nenhum falso sobre a situação do hospital, do qual era aliado. Mesmo diante de tantos desafios, tendo essa importância histórica, a relevância conhecida por todos, ao que se deve esse acontecimento? Será que todos nós não sabemos? O Brasil não sabe? Acredite, pelos mal feitos do passado e todos nós sabemos que aquela instituição, onde é que se infiltraram os larápios da pior espécie. O que fizeram com quarenta milhões desviados daquele recurso? Sabemos que o Hospital, tanto o Hospital quanto a Prefeitura têm buscado judicialmente essa solução. E para celebrar novos convênios, precisa das certidões. Qual é a solução? Fazer um novo convênio? Uma nova fundação? A própria arquidiocese? Como nós podemos fazer? Esse é o caminho que nós devemos debater. Contudo, não venho aqui fazer



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

sensacionalismo, verborragias e termos, principalmente criar bravatas sobre a lei que impede novos convênios. Não tenho verborragia no meu calendário aqui, não. Nessa tribuna, eu falo a verdade, eu falo a verdade e trago, trago, sim, assim esperamos e rogamos que a ação judicial logre êxito, a Justiça compreenda a situação do Padre Zé e, principalmente a certeza de liderar um convênio através dessa instituição que faz o bem, que promove cuidado, saúde e bem-estar. Que a letra fria da lei abra caminho a uma interpretação calorosa, realista e amplamente desejada por todos nós. E que a Justiça casse, não os que estão levando a instituição, mas aqueles que fizeram mal. Que possamos reconhecer, apoiar, cada vez mais, o Hospital Padre Zé e essa obra, Presidente, que salva vidas não possa ser discutida levantando um falso sobre a situação. Portanto, transforma a realidade da vida de todas as pessoas que ali precisam, vamos causar união no nosso discurso porque já estamos cheios destas divisões que acontecem no dia a dia da nossa cidade. Muito obrigado, Sr. Presidente”.

Pela ordem, o Sr. vereador Fernando Milanez Neto, solicitou prorrogação da sessão para que se possa ter o Grande Expediente. Em resposta, o Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, disse que ainda estava cedo para pedido de prorrogação da sessão.

O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Eu também não poderia me furtar de debater estas questões relacionadas ao Hospital Padre Zé. Quando nós levantamos alguma questão relacionada a uma contraposição, eu estou acostumado com isso. Vem para cá dizer que é verborragia, vem para cá dizer que é falar algo sem entendimento. Porque o Hospital Padre Zé foi fechado? Porque teve suas contas rejeitadas. As contas foram rejeitadas diante de um problema sério de corrupção que houve no Hospital Padre Zé. Agora, quem vai se responsabilizar por isso é a população. Hoje, nós temos um déficit no atendimento que é astronômico. Você não consegue ser atendido nos hospitais da cidade por conta da falta de leitos. Aí se pega um hospital que tem 90 anos e quer fechar. Eu, aqui, não vou aqui contestar a Justiça, porque a Justiça está fazendo seu trabalho. Agora, o poder público municipal, que precisa desse equipamento, não fez o menor esforço para chegar e manter aberto o hospital. Ainda não está fechado, mas querem fechar. Isso seria um erro tremendo da gestão municipal permitir que isso aconteça, sem nem sequer dialogar com o Ministério Público, sem sequer dialogar e falar à Justiça da necessidade da manutenção do Hospital Padre Zé. Então, falta disposição política, falta as pessoas compreenderem, e eu duvido que o procurador não compreenda a necessidade da permanência do Hospital Padre Zé. Duvido ter um procurador ou um promotor que não reconheça isso. Agora, nós precisamos chamar a responsabilidade da Prefeitura Municipal de João Pessoa. É verdade o que o vereador Fernando Milanez disse: só cumpre quando quer as decisões, orientações e recomendações da Justiça. Porque um caso desse é um caso de nós termos, esta Casa, ter a iniciativa de chamar a gestão municipal, e eu estou vendo aqui o líder Odon Bezerra, para tentar intermediar esse diálogo, no sentido de não fechar, no sentido de permanecer aberto um hospital que serve tão bem à população, num clima caótico, onde a saúde é secundarizada na cidade de João Pessoa. Então, fica aqui o meu apelo. O meu apelo, que não é verborragia, não é nenhum tipo de agressão, mas é a cobrança, o chamamento à responsabilidade daqueles que mais precisam, daqueles que são mais humildes. Obrigado, Presidente”.

O Sr. vereador João Bosco – Bosquinho – disse: “Teríamos até outro tema para trazer à tribuna no dia de hoje, mas esse tema, com certeza, é o tema que domina toda a mídia paraibana e principalmente da nossa cidade. Todos nós sabemos da importância e do valor dessa instituição Padre Zé para a cidade de João Pessoa, para os pessoenses e para os paraibanos. É importante que possamos unir forças nesse instante, nesse momento, para não permitir que essa instituição venha a fechar as suas portas. Eu me lembro, há um tempo atrás, ainda na condição de assessor do então deputado federal Domiciano



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Cabral, quando colocava emenda de sua autoria e nós estávamos presentes ali, no Padre Zé, para fazer essas entregas: compras, inclusive, de viaturas, de ambulância para aquela instituição. E todas as figuras da nossa cidade que passaram na condução daquele trabalho, todos os pessoenses e paraibanos conhecem o papel preponderante daquela instituição, porque cuida das pessoas que mais precisam. Ainda da nossa atuação como vereador, destinamos emendas para o Padre Zé, ainda na gestão anterior. E a Justiça está tomando conta para que possam ser esclarecidos todos os ilícitos ali realizados, e que o CPF de quem produziu tudo isso possa ser alcançado. As instituições estão fazendo os seus papéis e, com certeza, chegaremos a uma punição para esses irresponsáveis. Agora, na gestão do padre George, fizemos novamente destinação da nossa emenda por acreditar, primeiro, na instituição e, segundo, na capacidade, na ombridade, no respeito, na honestidade do padre George, com toda a sua equipe, que está fazendo aquele excelente trabalho. Então, Sr. Presidente, primeiro, pedir a Vossa Excelência que amplie ao máximo o número dessa comissão. Acho que essa comissão é de toda a Câmara Municipal de João Pessoa, e que nós possamos fazer, junto à Prefeitura Municipal de João Pessoa, ao Poder Judiciário, a todos que fazem a administração do Padre Zé, o nosso querido padre George, para que a gente possa encontrar uma solução. Existe solução para tanto problema. Às vezes, a gente observa que tem intervenções políticas em ações, em fatos que nem está na prioridade, na pauta do dia, mas o Hospital Padre Zé sim. Nós não podemos deixar fechar uma quantidade significativa de leitos que fazem um papel preponderante para salvar a vida de tantos pessoenses e paraibanos”.

O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “O debate da abertura do Hospital Padre Zé, o debate de para onde vão aquelas pessoas que estão agora, nesse exato momento, dentro de mais 100 leitos do Hospital Padre Zé. Para onde vão? Aonde a gente vai jogar esses idosos – é jogar, porque ao fechar as portas, a gente vai precisar arrancá-los de lá e colocá-los em algum lugar –, aonde? Aonde é que a Prefeitura de João Pessoa terá 100 leitos pra colocar 100 idosos, que estão sendo atendidos nesse exato momento – dia 10 de abril, às 11 horas e 55 minutos, temos 100 pessoas sendo assistidas, atendidas entre a vida e morte lá, no Hospital Padre Zé. E não pode ser uma decisão judicial que vá jogar essas pessoas na rua. Aqui cabe, agora, a redução do debate político e a tentativa de trazer a solução. Ouvi bem o que falou o vereador Milanez, ouvi bem o que se falaram outros vereadores. A cidade de João Pessoa tem uma certeza e a gente não precisa ser advogado, juiz, promotor ou secretário de segurança, para dizer aonde a gente vai colocar essas pessoas. O que a cidade espera, realmente, é que o Tribunal de Justiça, a Câmara Municipal de João Pessoa, a Prefeitura, a Assembleia Legislativa – que a única coisa que eu escutava de lá, era a tentativa de abrir uma CPI, mas não vi, por exemplo, as emendas irem para o Hospital Padre Zé. Uma CPI que ia trazer um resultado – seria bom saber quem causou a criminalidade daquilo ali? A gente já sabe: padre Egídio e quem vier pela frente, que sofra a cadeia e as regras da lei. Mas as pessoas que estão no Hospital Padre Zé, não podem. A Prefeitura de João Pessoa, a Secretaria de Saúde precisam ter sensibilidade das suas ações. Fazer o que está escrito na lei, mas dizer da importância desse grande equipamento de saúde, para a cidade. Vai fechar as portas, e agora? Morrerão pessoas? A gente não pode ser insensível ao que está acontecendo. A figura de padre George levou seriedade, organização, possibilidade de refazer aquele hospital. Vários deputados federais se colocaram à disposição. Os deputados federais vão ter que descer a escadaria de Brasília e resolver, realmente, mais de perto. A gente precisa da ajuda de vocês aqui. Senadores, não foram eleitos pelo povo de João Pessoa e da Paraíba? E não é o povo de João Pessoa e da Paraíba que é atendido no Hospital Padre Zé? Então o clamor, aqui, é que saia além da Câmara Municipal de João Pessoa, que cada vereador aqui – vereador Vamberto, Vossa Excelência, do Partido de Republicanos, tem um grande papel junto à bancada do Republicanos, onde tem a frente o deputado Hugo Motta. Conversar com ele. Nós, da bancada do PL, conversarmos com os deputados federais do PL, cada um aqui.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Agora, vereador, não vai chegar a emenda. Precisamos sair daqui – vereador Damásio, Vossa Excelência presidente da CCJ da Câmara – e irmos até o presidente do Tribunal de Justiça e, liminarmente, poder receber esses recursos, até saber o que fazer com essas pessoas. A gente não pode fechar 100 leitos da cidade. A cidade já não tem leitos, agora. A cidade de João Pessoa não tem leitos, faltam pessoas, imagine, agora, com 100 leitos fechados. Então, vai aqui não só a minha solidariedade, as minhas orações, a minha força, a minha fé e a de cada vereador aqui, para que a gente tente resolver, por misericórdia, o problema”.

O Sr. vereador Luís da Padaria cumprimentou todos e disse: “Presidente, hoje de manhã, eu tive a honra de participar de uma entrega de um Crei, no Jardim Veneza, e lá tive a felicidade de ver uma coisa de primeiro mundo, que a gente não vê nem nas escolas melhores da nossa capital. As salas climatizadas e a gente via as mães daquela comunidade na maior felicidade porque vai ter um local digno para aquelas crianças que, praticamente, são mais de 100 crianças que vão ser matriculadas e vão ter aquele benefício. Eu participei hoje dessa inauguração e fiquei muito honrado em ver e participar do que aconteceu ali: salas climatizadas, toda a estrutura que aquela criançada necessita. E aí, a gente está falando aqui do bem das crianças e do debate da questão das pessoas que estão necessitando e que precisam daquele hospital. Eu posso dizer que eu, Luís da Padaria, levava muitas pessoas da comunidade para aquele hospital. Eu não pagava a ninguém, quem levava era Luís da Padaria, no seu próprio carro, levava as pessoas doentes, eu ia porque era um trabalho que as pessoas chegavam e não tinham e eu ia levar, no meu carro, para ser atendido naquele hospital e, quando aconteceu o que aconteceu, a gente ficou triste com isso e jamais pensei que poderia acontecer aquilo num hospital daquele naipe. Pela sensibilidade do prefeito Cícero Lucena, que vi muito em gestões passadas, olharem, não ligarem e não terem uma sensibilidade numa questão de um hospital daquele que cuida e precisa e que essa população precisa tanto. São 100 leitos, eu não tenho dúvida de que o Prefeito vai se debruçar, junto com a Câmara Municipal, que ele sabe que nós aqui temos uma parceria para o bem da população dessa cidade para melhorar a vida das pessoas. Ontem, eu já vi o nosso líder aqui dizendo que eu dancei muito forró, certo, muito forró ali, no Astréa, e já vai ser revitalizado uma situação daquela. Então, é um prefeito que tem sensibilidade e a gente está vendo que as coisas estão acontecendo. E aí, eu vejo que o nosso amigo que faz oposição, hoje, aqui eu estou vendo coisas que poderiam ser travadas aqui para melhorar a vida das pessoas, dos pessoenses, mas eu vejo muita gente fazendo balela dentro da Câmara. Isso é uma realidade e hoje, já disse a você Dinho, que precisa ser tratado isso aqui com respeito. Eu não quero que nego venha aqui, bater em coisas aqui, mas que a população de João Pessoa não seja beneficiada. A gente que foi votada pela população, tem que ter respeito”.

O Sr. vereador Ícaro Chaves disse: “É com profundo senso de responsabilidade, vereador Milanez, e com urgência que a gente vem a essa tribuna. Eu escutei atentamente o seu discurso, suas falas e a Prefeitura decidir não renovar um contrato de 100 (cem) leitos alegando obviamente graves irregularidades feitas no passado, que não há condições legais de repassar esse recurso, mas não cabe aqui a gente transformar um problema tão sério, por exemplo, em ataques políticos, em discussão meramente política. Então, inclusive, Milanez, por isso seu discurso foi tão belo, porque não foi só a questão do ataque a uma prefeitura, a um governo do estado. Não se trata de ser contra a prefeitura, contra o governo ou qualquer autoridade política, trata-se de ser a favor da vida. Se, de fato, o Hospital Padre Zé como se encontra hoje não puder receber recursos, a pergunta que a gente deve fazer não é de quem é a culpa e, sim, como podemos fazer para ajudar essa instituição de 90 anos? Não é responsabilidade que cabe só o prefeito, é uma missão que pertence à classe política, desde a Câmara



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

de vereadores, da Câmara federal, dos senadores da República, da nossa bancada, do Governo do Estado, do Ministério Público, do Poder Judiciário, da sociedade civil, as pessoas que reconhecem a importância do trabalho do Padre Zé para a saúde da Paraíba e não podemos aceitar com naturalidade que 100 (cem) leitos desapareçam já com um município que faltam leitos. Então, enquanto houver vida para ser cuidada, alguém esperando por um leito, enquanto houver uma mãe aflita tendo que pedir a um político para que ajude a encaminhar seu filho para um hospital, por exemplo, um idoso desamparado, um doente em sofrimento, o Padre Zé não pode morrer. Contem comigo nessa luta pela saúde, pela dignidade e pela vida. Muito obrigado”.

1.4 Demais comunicações

Não houve.

2 ORDEM DO DIA (*)**

O Presidente, Sr. vereador Dinho, falou sobre dois projetos que precisavam de apreciação da CCJ e CPP. Disse: “Um é, inclusive, uma solicitação do promotor, dr. Carlos Romero, que se trata do projeto de lei do programa Amigo da Natureza. É uma implantação que o Ministério Público está fazendo, solicitando, inclusive, à Prefeitura, para plantio de árvores. E esse projeto precisa, além de votação, sanção do Prefeito Cícero, de imediato. Então é uma solicitação do nosso promotor, que recebemos ele recentemente aqui, na Casa, e esse projeto precisa de parecer tanto da CCJ, como da CPP. É do próprio Executivo, mas foi elaborado pelo MP. E o outro é apenas uma modificação do texto, que é da própria Mesa Diretora, que a Procuradoria passa a vigorar com a seguinte redação, que o procurador geral aqui, desta Casa, ele está como terceira classe. Esse projeto já foi votado, é só uma mudança da seguinte redação: *“Que o projeto da Procuradoria da Câmara Municipal, é notório saber que a reputação ilibada, sendo assegurado o subsídio correspondente ao cargo de procurador de terceira classe.* Sendo que essa lei já foi alterada, então precisa de uma modificação do texto. É da própria Mesa Diretora, não se trata de remuneração, mas é apenas fixando e adequando a lei que já foi votada, da Procuradoria. Então, são dois projetos, apenas. Não é nenhuma exigência, mas um foi o próprio promotor, dr. Carlos Romero, que o vereador Odon e alguns vereadores o receberam na presidência há uns 15 dias, aí ele pediu uma celeridade nesse processo. Eu acho que a gente pode, não tem nenhuma dificuldade. E o outro é uma adequação ao texto da Procuradoria desta Casa, que já foi votada, mas tem que adequar a nova redação. Então, eu pediria ao presidente da CCJ, se houver quórum, o vereador Damásio, para dar um parecer nesses dois e a gente seguir na pauta normal, no dia de hoje, que está em votação. Já dá logo o parecer, para evitar outro parecer da CCJ e, se houver quórum da CCP, a gente vota, se não, a gente dá seguimento à pauta”. Em seguida, foi aberta a reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa – CCJRLP, para apreciação de projetos.

Abertura de Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa - CCJRLP

Apreciadas as seguintes matérias no âmbito da CCJRLP:



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

PLO 124/2025

Autoria: Prefeito Cícero Lucena

Assunto: INSTITUI A CAMPANHA “AMIGO DA NATUREZA” QUE DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL POR MEIO DO PLANTIO COLETIVO DE MUDAS DE ÁRVORES NATIVAS.

Apreciação no âmbito da CCJRLP

Parecer: oral favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: O Presidente da CCJRLP, Sr. vereador Damásio Franca Neto, passou a relatoria da matéria para o Sr. vereador Odon Bezerra, que pediu para colocar a matéria em tela. Em seguida, o Sr. vereador Odon Bezerra disse tratar-se de projeto de lei de autoria do prefeito Cícero Lucena: “Eu entendo que a matéria não tem óbice constitucional, nem afronta a Lei Orgânica do Município de João Pessoa”. Em seguida, informou seu parecer favorável. Houve consenso dos membros.

Votação (**):** favoráveis: 04 (Damásio Franca Neto, Odon Bezerra, Fernando Milanez Neto, Valdir Trindade); contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 03.

Situação: O Presidente da CCJRLP, Sr. vereador Damásio Franca Neto, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

PLO 163/2025

Autoria: Mesa Diretora

Assunto: ALTERA O ART. 8º DA LEI 14.697, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

Apreciação no âmbito da CCJRLP

Parecer: oral favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: O Presidente da CCJRLP, Sr. vereador Damásio Franca Neto, ficou com a relatoria da matéria e declarou o seu parecer favorável. Houve consenso dos membros.

Votação (**):** favoráveis: 04 (Damásio Franca Neto, Odon Bezerra, Fernando Milanez Neto, Valdir Trindade); contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 03.

Situação: O Presidente da CCJRLP, Sr. vereador Damásio Franca Neto, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

Apreciadas, no âmbito da CCJ, as seguintes matérias, em bloco:

PDL 21/2025

Autoria: Jailma Carvalho

Assunto: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO PESSOENSE AO SR. JONAS EPIFÂNIO DOS SANTOS NETO, “ESCURINHO”.

PDL 20/2025

Autoria: Jailma Carvalho

Assunto: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO PESSOENSE AO SR. VALDEMIR MENDES LEITE.

Pareceres: orais favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: O Presidente da CCJRLP, Sr. vereador Damásio Franca Neto, passou a relatoria das matérias para o Sr. vereador Odon Bezerra, que disse: “O que se denota é que ambas as matérias foram instrumentalizadas com as certidões necessárias. Assim, não há qualquer óbice de ordem constitucional para que sejam concedidas as honrarias. Dessa forma, dou meu parecer favorável para a aprovação das matérias”. Houve consenso dos membros.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Votação (**):** favoráveis: 04 (Damásio Franca Neto, Odon Bezerra, Fernando Milanez Neto, Valdir Trindade); contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 03.

Situação: O Presidente da CCJRLP, Sr. vereador Damásio Franca Neto, declarou aprovado o parecer favorável às matérias.

Em questão de encaminhamento, antes de seguir com a Ordem do Dia, o Sr. Presidente, vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “Antes da gente começar a discussão, chega aqui o calendário do evento da Câmara Municipal de João Pessoa. Eu pediria a atenção dos vereadores porque, a partir de hoje, começa uma nova campanha institucional da Câmara. Semana passada, em Brasília, nós conseguimos agendar com o presidente Hugo Motta, com o presidente do TCU, Vital do Rêgo, que não vai poder participar, porque vai estar numa missão fora do país, mas vai vir o ministro do TCU indicado por ele, o presidente do Senado, Alcolumbre, o presidente da Câmara Federal, o presidente do Tribunal de Contas, junto com o Interlegis do Senado também para um evento dias 29 e 30, no Centro de Convenções aqui desta Casa, que vai discutir a inteligência artificial, governança e contexto dos cidadãos na Câmara 4.0. Será um encontro estadual paraibano de Câmaras municipais que vão, eu acho, no mínimo mil vereadores participando de todo o estado. Vai ser um intercâmbio importantíssimo com a presença do presidente do Senado Alcolumbre, com o presidente Hugo Motta, da Câmara Federal, com o TCU também sendo representado, o presidente Vital do Rêgo vai mandar, inclusive, um representante, Fábio Nogueira, o Interlegis com palestras do encontro para a experiência em buscar soluções conjunta para o melhor funcionamento das casas legislativas. Inteligência artificial também vai ser debatida. Teremos em João Pessoa a participação, já dita, do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, presidente da Câmara, Hugo Motta, virão também especialistas de todo o Brasil em inteligência artificial, palestra do Tribunal de Contas do Estado com Fábio Nogueira, presidente do Tribunal de Contas, que ele vai indicar um representante, e a presença também dos assessores do Senado para discutir e debater o Interlegis desta Casa, da Câmara Municipal. No dia 28 é o cadastro, de todos os parlamentares e 29 e 30 de maio, no Centro de Convenções, cedido pelo governo do estado, com a participação também do prefeito Cícero Lucena e do governador João Azevedo. A presença de todos os vereadores do estado nesse evento e, a partir de hoje também, essas inscrições já estão no site da Câmara. Vai ter a participação de todos os 222 municípios e a Câmara Municipal vai ser o timoneiro desse encontro, desse evento, que vai ser promovido pela Câmara Municipal de João Pessoa. Então, para comunicar aos vereadores e vocês também divulgarem para todo o estado. É importante esse intercâmbio entre a Câmara Municipal e as outras Câmaras, até porque já há solicitações, tanto de Cabedelo como de Santa Rita e outros, para a gente abrir um canal cedendo para que eles tenham também a TV Câmara aberta. A gente só tem a da capital de João Pessoa, mas para também abrir o sinal, a gente tem três canais aqui da Câmara que estão sem utilização, então a gente ceder, através de convênio, para outros municípios porque eles só transmitem pelo YouTube. Então, a gente também cedeu o nosso sinal, isso é um convênio entre Interlegis e as Câmaras municipais. Vai ser uma oportunidade da gente ampliar também a Câmara Municipal de João Pessoa para outros municípios. Eu acho que é bastante importante e vale a pena registrar”.

Apreciadas as seguintes matérias da Ordem do Dia:

ITEM 01: MP 53/2025

Autoria: Executivo Municipal - Prefeito Cícero Lucena



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Assunto: PROMOVE ADEQUAÇÕES NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA ORGANIZACIONAL DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 17; contrários: 00; abstenções: 01 (Marcos Henriques); ausentes: 10.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovada a medida em discussão e votação única.

ITEM 02: PLO 2130/2024

Autoria: Vereador Marmuthe Cavalcanti

Assunto: DENOMINA DE RONALDO MIGUEL BESERRA A UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA – USF, AINDA SEM DENOMINAÇÃO OFICIAL, SITUADA NO BAIRRO DE GRAMAME – LOTEAMENTO NOVO MILÊNIO, NESTA CAPITAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e da Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 18; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 10.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 03: PLO 2191/2024

Autoria: Vereador Marcilio do HBE

Assunto: INCLUI NO ANEXO ÚNICO DA LEI ORDINÁRIA Nº 13.768/2019, QUE CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE A DATAS COMEMORATIVAS, EVENTOS E FERIADOS, O DIA DO OJÁ OU TURBANTE.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e da Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 00; abstenções: 01 (Raoni); ausentes: 08.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 04: PLO 2295/2024

Autoria: Vereador João Corujinha

Assunto: RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ACOLHER PARA A VIDA - AAPAV.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e da Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 20; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 08.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ITEM 05: PLO 2400/2024

Autoria: Vereador Valdir Dowsley - Dinho

Assunto: RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO DE PESQUISA E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E DA SUSTENTABILIDADE (IPPEDS), E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e da Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 20; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 08.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 06: PLO 2402/2024

Autoria: Vereador Tarcísio Jardim

Assunto: DÁ NOME DE PONTE ALUIZIO JOSÉ, PONTE VIÁRIA SOBRE O RIO CUIÁ, LOCALIZADA NA RUA BASILIO RUBENS D NÓBREGA, SN, ENTRE OS BAIRROS DE MANGABEIRA E VALENTINA DE FIGUEIREDO, AINDA SEM DENOMINAÇÃO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 21; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 07: PLO 19/2025

Autoria: Vereador Odon Bezerra

Assunto: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DAS LIDERANÇAS DOS BAIRROS DE JOÃO PESSOA.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 21; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 08: PLO 46/2025

Autoria: Vereador Guga Pet

Assunto: INCLUI NO ANEXO ÚNICO DA LEI ORDINÁRIA Nº 13.768/2019, QUE CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE A DATAS COMEMORATIVAS, EVENTOS E FERIADOS, FEVEREIRO ROXO DA CAUSA ANIMAL.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 21; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 07.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

Apreciadas as seguintes matérias em bloco:

ITEM 09: PLO 55/2025

Autoria: Vereador Damásio Franca Neto

Assunto: DENOMINA DE UBS GILVAN AMORIM NAVARRO, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 21; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 10: PLO 69/2025

Autoria: Vereador Marcos Vinícius

Assunto: DENOMINA DE ENFERMEIRA REGINA CELY SILVA DE OLIVEIRA XAVIER A UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA USF VIVER BEM, SITUADO NO JARDIM 13 DE MAIO NESTA CAPITAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 21; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

Em questão de ordem, o Sr. vereador Carlão pelo Bem pediu para que fosse registrado que ele não estava presente nas votações das matérias anteriores.

ITEM 11: PLO 76/2025

Autoria: Vereador Guguinha Moov Jampa

Assunto: RECONHECE COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DA CIDADE DE JOÃO PESSOA O “SABADINHO BOM”.

Pareceres: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e da Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Eu acho que esse projeto do vereador Guguinha é muito pertinente porque traz um debate sobre a cultura. E uma receita que deu certo foi o Sabadinho Bom. Ali, quem frequenta aquela praça sabe da quantidade de pessoas que começam ali de meio-dia e depois se espalham nos restaurantes e bares das ruas. E aquilo ali é muito bom. Agora, a gente precisa avançar. Eu voto favorável a esse projeto do vereador Guguinha. Ao mesmo tempo, eu levanto alguns pontos da cidade, a exemplo do Pavilhão do Chá, da Praça Antenor Navarro, que podem ser potencializadas para seguir o exemplo do Sabadinho Bom. Esse projeto pode desencadear um turismo maior, uma diversificação cultural melhor na região. Inclusive, tem um projeto na Casa chamado Corredor Multicultural, de nossa autoria, que fala sobre um momento, no centro da cidade, em que a



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

gente vai ter a manifestação de diversos artistas, diversos segmentos artísticos para potencializar o turismo. Então, parabéns ao vereador Guguinha, e tem o meu apoio”. A Sr.^a vereadora Jailma Carvalho disse: “Fui relatora desse projeto, Guguinha, fiz o parecer favorável e quero parabenizar você por essa propositura. Ganha a nossa Casa. O Sabadinho Bom já faz parte da história cultural da nossa cidade, parabenizo, é um espaço que traz vida ao Centro. Acho que aqui a nossa luta é para trazer mais ocupação. O Sabadinho Bom valoriza a nossa cultura, valoriza o artista da terra. Então, Guguinha, parabéns. Conte conosco nessa luta”. O Sr. vereador Mô Lima disse: “Parabenizar o nosso amigo Guga por essa propositura. O Sabadinho Bom é um presente para nossa cidade. Quem é turista, quem gosta de cultura tem esse grande evento todos os sábados na nossa cidade. Graças a Deus, o prefeito Cícero, sensível como é, viu que é importante demais esse Sabadinho e o vereador Guga está de parabéns por essa iniciativa”. O Sr. vereador João Almeida disse: “Eu quero parabenizar, dizer da minha felicidade do andamento de algumas posições nessa Casa. Agora há pouco, nós aprovamos a ampliação de benefícios fiscais para prédios do Centro Histórico, como, também, a sua ampliação do arco que envolve o Centro Histórico. A gente assina a ordem de serviço para instalação da sede da futura Secretaria de Segurança e, agora, o vereador Guga deu um gol de placa, de verdade. Sabadinho Bom já é a cara da cidade, já faz parte do cotidiano, da cultura de nossa cidade, e nada mais justo do que torná-lo um patrimônio imaterial. Parabéns, Guga, por essa iniciativa, me acosto mil vezes a ela. E vamos pensar aqui, porque tem muita coisa muito interessante no Centro Histórico. A gente tem, aqui, quatro anos para transformar o Centro Histórico no melhor e mais bonito Centro Histórico do Brasil”. O Sr. Presidente, vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “E outro equipamento, foi o que a Prefeitura ontem, assinando o contrato com a Astréa. E aí, vereador Odon, parabenizar a Vossa Excelência, que foi um dos articuladores, que agora vai ser reformado aquele equipamento, que estava abandonado. Não é abandonado, porque ainda tinha o zelo. Só para você ter ideia, não tinha um débito com a Prefeitura, o IPTU em dia. Ali ainda é uma associação, não é nisso, Odon? Me corrija, se eu tiver errado. Mas a Prefeitura vai fazer um investimento muito grande. Vai ter, inclusive, a cessão, durante 40 anos, daquele prédio, para utilizar aquele equipamento que estava obsoleto, no centro da cidade. Outro equipamento que a Prefeitura vem ajudando, para a reestruturação do Centro Histórico. Está de parabéns, também, à Prefeitura, nesse sentido”. O Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Parabenizar o vereador Guga. Sabadinho Bom, tive a oportunidade de passar algumas vezes por ali e ver a aglomeração - e grande, o número de pessoas usufruindo da boa música no município de João Pessoa e, principalmente, no centro. Trazer o povo para o centro da cidade. E tranquilizar o vereador Marcos, que já tem destinação da questão do Pavilhão do Chá. Está dentro do projeto do prefeito Cícero Lucena, em destinar aquilo como um bom restaurante – fechar – ou uma casa de chá, alguma coisa dessa natureza. Então, já há o projeto nesse sentido, fora o que está se fazendo no centro de João Pessoa. E aí, Presidente, aproveitando a oportunidade, o Clube Astréa, para quem foi atleta do clube, como eu fui, eu vivi a minha juventude dentro daquele clube. Eu chegava ali cedo da manhã e ia, muitas vezes, embora à noite, para a minha casa, que era bem próxima – desfrutando da piscina, do jogo de botão, do jogo de xadrez, do futebol. Como participei de uma junta governativa, para vocês terem uma ideia, nós evitamos seis leilões. E o Clube a Astréa, hoje, não deve um tostão, seja trabalhista, previdenciário, ou mesmo de imposto a Prefeitura Municipal de João Pessoa. Completamente em dia. E ontem, nós tivemos a reunião com Manuel Isidro, que é o atual presidente, e ele abriu, por completo, a possibilidade – inclusive, Dinho, não causando qualquer problema para os sócios. Os sócios poderão usufruir, também, dos benefícios. A ideia, o Prefeito, ontem, e passou para o prefeito, também, Leo – ele que vai coordenar junto com a Seinfra, a Secretaria de Planejamento –, e a intenção é de fazer uma mini vila olímpica dentro daquele clube. E aí, não esqueceu o sócio – eu acho que isso tem que ser, também, importante se falar. O filho do sócio vai ter direito a escolinha do



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

futebol, a escolinha de judô, a natação, bastando comprovar que é sócio do clube. Então, vai ser nos moldes do que é o Maracanã, hoje, no Rio de Janeiro: a parceria pública-privada. Então, eu creio que é um grande gol de placa do prefeito Cícero Lucena, e que eu tive a satisfação de ter sido a ponte para que isso se concretizasse”. **O Sr. vereador Carlão Pelo Bem** disse: “O retorno do Clube Astréa, essa necessidade, o Centro Histórico precisava ter e o esporte também. Um equipamento extremamente importante, como foi falado aqui pelo vereador Odon, tem uma trajetória, construiu grandes atletas, estava lá de portas fechadas, passaram várias gestões. Eu lembro de algumas tentativas de comunicação com alguns sócios, entrando em contato para saber o que poderia ser feito para a reabertura do Astréa. E não tem como não reconhecer esse papel da Prefeitura, em sentar com os sócios e fazer daquele equipamento um grande equipamento esportivo. Foi lá onde eu subi pela primeira vez no ringue. Foi lá que se deu oportunidade para atletas amadores de luta voltarem à luta, lembrando a história de Ivan Gomes, em Campina Grande, e trazendo grandes lutadores aqui, como Mário Sucata, João Quebra Ossos, eu, a gente trouxe de novo o Vale Tudo por causa do Astréa. Foi o clube que abriu o espaço e depois dele o Clube Cabo Branco”. O Sr. Presidente Dinho chamou à atenção: “Vereador, só lembrando que a gente está em votação do projeto do vereador Guguinha, do Sabadinho Bom”. E retornou a palavra para o Sr. vereador Carlão Pelo Bem, que continuou: “Vamos lá. O Clube Astréa é uma necessidade, ele trouxe para a gente o retorno do Vale Tudo, trouxe de novo o esporte de luta para a capital, então a importância que a gente tem que dar a esse equipamento. Faço votos, inclusive, vereador Odon, vereador Presidente Dinho, já trago a sugestão de que dentro dessa comissão também estejam vereadores aqui, da Câmara Municipal: vereador Odon, que tem conhecimento disso, eu que participei de lutas e outros mais aqui para que a gente possa acompanhar, incentivar e poder ajudar no possível. No mais, parabenizar o retorno do nosso Astréa ao esporte paraibano e pessoense”. O Sr. vereador Guguinha Moov Jampa disse: “Primeiro, eu quero agradecer aos meus pares e dizer ao Presidente que já que o senhor defende tanto o Centro Histórico, a gente aproveitar que o Sabadinho Bom, também tem a cara do vereador Marcos Henriques, tem a cara da vereadora Jailma, tem a cara do vereador João Almeida, tem a cara de todos, mas que a gente possa ajudar mais o Sabadinho Bom. Eu, quando estava como diretor administrativo financeiro da Funjope, a gente mandava, no final do ano, o destino orçamentário do Sabadinho Bom. E falta muita coisa ali. Falta um equipamento de banheiro melhor. Falta a gente deixar o Sabadinho ir até à noite, ir até às 10 horas da noite e convidar a promotora do Meio Ambiente, que tem um parecer lá que é para acabar tal hora, para que o centro possa se movimentar. É tão bom ver aquela General Osório, dia de sábado, lotada. É tão bom ver a Praça Rio Branco lotada e você não vê violência naquela região. Precisa de segurança? Precisa. Vamos solicitar não só a Guarda Municipal, mas a PM que faça um reforço melhor. Que a gente possa não só fazer isso no sábado, mas também nos domingos, e pedir aos meus pares que possam destinar emendas para que a gente possa movimentar, não só o Sabadinho Bom, mas as outras atividades, eventos como tem na Casa da Pólvora e em outras praças. Que possa, futuramente, ser feito um projeto para a gente fazer esse movimento. Então, agradecer a meus pares e tenho certeza de que não vai ter nenhum voto contra transformar o Sabadinho Bom em patrimônio imaterial dessa cidade”. **O Sr. Presidente, vereador Valdir Dowsley - Dinho** disse: “Da minha parte, já destinei R\$ 100 mil para a Funjope. Já me comprometo com parte desse recurso desse ano novamente e colocar para ser destinado para aquele equipamento lá, aquele evento do Sabadinho Bom. Eu já me comprometo. Espero que os outros vereadores também colaborem com parte de suas emendas para a Funjope, para a gente investir nesse projeto do Sabadinho Bom”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 20; contrários: 0; abstenções: 0; ausentes: 8.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ITEM 12: PLO 83/2025

Autoria: Vereadora Eliza Virgínia

Assunto: INCLUI NO ANEXO I DA LEI Nº 13.679/2018, QUE CONSOLIDA AS LEIS MUNICIPAIS QUE DÃO NOMES ÀS ARTÉRIAS PÚBLICAS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA, O NOME DA RUA LUCINEIDE DA SILVA SANTOS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 20; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 08.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, havendo quórum, solicitou a abertura de reunião extraordinária da Comissão de Políticas Públicas para apreciação do PLO 124/2025.

Abertura de Reunião Extraordinária da Comissão de Políticas Públicas - CPP

Apreciada a seguinte matéria no âmbito da CPP:

PLO 124/2025

Autoria: Executivo Municipal – Prefeito Cícero Lucena

Assunto: INSTITUI A CAMPANHA “AMIGO DA NATUREZA” QUE DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL POR MEIO DO PLANTIO COLETIVO DE MUDAS DE ÁRVORES NATIVAS.

Parecer: oral favorável da Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: A Presidente da CPP, Sr.^a vereadora Jailma Carvalho avocou para si a relatoria da matéria e emitiu parecer favorável. Em discussão, a Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “Voto favorável tendo em vista que nós ainda temos uma querela. Já fomos considerados a cidade mais verde do Brasil e do mundo, estamos empatados com Curitiba e Paris. Quiçá a gente consiga plantar mais árvores, fazer mais parques como o do Bessa, onde já existem quatro parques, que eles possam ser mais arborizados e que a gente consiga ficar em primeiro lugar. Estamos tendo uma atração turística muito grande justamente por causa da nossa riqueza natural e com a cidade mais verde vai ficar mais bonita ainda”. O Sr. vereador Ícaro Chaves seguiu o voto da relatoria, se acostou às palavras da vereadora Eliza Virgínia e disse: “A importância dessa campanha e de a gente trazer uma campanha de arborização para João Pessoa, como a vereadora Eliza já disse, que foi uma das cidades mais verdes do mundo. Infelizmente, a gente consegue visualizar que não é só para arborizar parques, é muito pouco. A gente tem que arborizar onde tem concreto, asfalto, criar corredores verdes como a gente pode ver na Colômbia, em Medellín. Então, a gente tem que trazer a infraestrutura junto com o meio ambiente pensando na qualidade de vida do cidadão pessoense”. Os demais membros seguiram a relatoria.

Votação (**): favoráveis: 05** (Jailma Carvalho, Ícaro Chaves, João Bosco – Bosquinho, Eliza Virgínia, Rômulo Dantas); contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 02.

Situação: A Presidente da CPP, Sr.^a vereadora Jailma Carvalho, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

O Presidente Valdir Dowsley – Dinho – disse: “Quero parabenizar o dr. Carlos Romero, promotor de Justiça, que está encampando esse projeto bastante importante com a parceria da Prefeitura. Quero parabenizá-lo por estar à frente desse projeto e em breve colocarmos para votação”.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Retornando à votação dos projetos, foram apreciadas ainda as seguintes matérias:

ITEM 13: PLO 89/2025

Autoria: Vereador Damásio Franca Neto

Assunto: INCLUI NO ANEXO ÚNICO DA LEI ORDINÁRIA Nº: 13.768/2019, QUE CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE A DATAS COMEMORATIVAS, EVENTOS E FERIADOS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, “SEMANA MUNICIPAL DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE”, NA FORMA QUE INDICA

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 20; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 08.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 14: PLO 92/2025

Autoria: Vereador Tarcísio Jardim

Assunto: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A FEDERAÇÃO PARAIBANA DE JUDÔ (FEPAJU), E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 21; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 15: PLO 94/2025

Autoria: Vereador Tarcísio Jardim

Assunto: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ONG SZT - SOUTH ZONE TEAM, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 21; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 16: PLO 109/2025

Autoria: Vereador João Corujinha

Assunto: DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DE UTILIDADE PÚBLICA DA ASSOCIAÇÃO INSTITUTO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO PELA VIDA (MATRIZ E FILIAIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 21; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Apreciados os seguintes PDLs em bloco: PDL 12/2025, PDL 17/2025, PDL 26/2025, PDL 20/2025 e PDL 21/2025:

ITEM 17: PDL 12/2025

Autoria: Vereador Marmuthe Cavalcanti

Assunto: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO PESSOENSE AO SR. FRANCISCO PETRONIO DE OLIVEIRA ROLIM.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

ITEM 18: PDL 17/2025

Autoria: Vereador Edmilson Soares

Assunto: CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO PESSOENSE AO SR. JOSE MARINHO DE SOUSA.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

ITEM 19: PDL 26/2025

Autoria: Vereador Tarcísio Jardim

Assunto: CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO PESSOENSE AO SENHOR RODRIGO VIEIRA EMERENCIANO.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

ITEM 20: PDL 20/2025

Autoria: Jailma Carvalho

Assunto: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO PESSOENSE AO SR. VALDEMIR MENDES LEITE.

Parecer: oral favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

ITEM 21: PDL 21/2025

Autoria: Jailma Carvalho

Assunto: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO PESSOENSE AO SR. JONAS EPIFÂNIO DOS SANTOS NETO, “ESCURINHO”.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 21; contrários: 0; abstenções: 0; ausentes: 8.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovados os projetos em discussão e votação única.

ITEM 22: PLO 163/2025

Autoria: Mesa Diretora

Assunto: ALTERA O ART. 8º DA LEI 14.697, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: O Sr. Presidente, vereador Valdir Dowsley – Dinho, informou que se trata do projeto de alteração de texto, da Procuradoria.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 21; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª discussão.

ITEM 23: PLO 124/2025

Autoria: Mesa Diretora



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Assunto: INSTITUI A CAMPANHA “AMIGO DA NATUREZA” QUE DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL POR MEIO DO PLANTIO COLETIVO DE MUDAS DE ÁRVORES NATIVAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e da Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Eu queria, primeiro, louvar a atitude do procurador Carlos Romero, de levantar essa bandeira do meio ambiente. É muito importante, porque a Prefeitura vem no sentido contrário. Nós estamos vendo um desmatamento desenfreado. Basta ir no Cuiá, basta ir em Jaguaribe, basta ir em Gramame – que, por sinal, ontem, nós tivemos uma audiência pública aqui, sobre a questão da preservação do Rio Gramame, e precisamos, sim, estar investindo em meio ambiente. Muitas árvores foram desmatadas, foram derrubadas, suprimidas, e para que nós possamos recuperar toda aquela arborização, são necessários mais de 20 anos. Isso não é para se igualar a uma cidade A ou B, mas a gente está aqui falando de arborização e a Prefeitura Municipal de João Pessoa vem fazendo tudo ao contrário. Então, é importante que o Ministério Público possa acompanhar essa ideia do Amigos da Natureza e, mais importante ainda, é a Prefeitura apresentar resultados, que eu não estou vendo”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, disse: “Ao contrário da fala do amigo vereador Marcos Henriques, eu vou discordar, porque é um projeto do Executivo. O Prefeito que está encaminhando. Lógico que teve uma articulação do promotor Carlos Romero, mas, de pronto, o Prefeito atendeu a nossa solicitação. Ele teve uma audiência com o Prefeito, elaboraram um projeto, enviaram para cá. Então, só discordando um pouco da fala do colega – sem críticas –, mas a Prefeitura encaminhou, a gente foi um dos articuladores nisso e estamos, inclusive, na ansiedade da votação dessa matéria para levar para o Prefeito Cícero e ele sancionar de imediato, com a presença do próprio promotor Carlos Romero. Mas eu acho que foi um avanço importante, até porque vai ser um grande investimento que a Prefeitura vai fazer nessa área ambiental, só para pontuar.”. O Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Vereador Dinho, eu ia até dispensar de falar. Vossa Excelência foi muito feliz na sua fala, e era justamente nessa linha. Se você der uma olhada aqui, ‘*autoria, prefeito Cícero Lucena*’, e você dizer que o Prefeito não tem interesse na preservação do meio ambiente? Eu vou dar um exemplo aqui, vereador Marcos: eu hoje amanheci o dia, próximo a minha casa, fazendo visitação de esgoto a céu aberto. Por que? Um prédio antigo tinha o seu esgotamento pela galeria pluvial. Ninguém sabia. Isso há mais de dez anos, e ontem ele estoura em frente à minha casa. A Cagepa foi lá, consertou, e estourou mais em cima. Está aqui o áudio do rapaz da Cagepa, dizendo: ‘Vamos consertar aqui, vai estourar lá na frente’. Então esse problema de meio ambiente é de todos nós, e o prefeito Cícero Lucena tem sido extremamente sensível a essas investigações. Inclusive, hoje mesmo, plantou árvores. É o que ele faz quase que todo dia quando inaugura a rua, quando faz o calçamento, ele faz questão de que, naquelas ruas, tenha arborização. Essa é a política da Prefeitura Municipal de João Pessoa”. O Sr. vereador João Almeida disse: “Presidente, eu não poderia me furtar de me posicionar nesse projeto e destacar a participação do dr. Carlos Romero, que muito orgulha o Ministério Público do nosso estado. E eu, como pessoense, eu fico muito satisfeito em ter um procurador de Justiça que desempenha tão brilhantemente o seu papel. Conheço ele pessoalmente, poucos sabem dessa Casa vereador Presidente, dr. Carlos Romero foi um dos responsáveis pela retirada daquela ocupação irregular de Dubai, lá no bairro de Mangabeira, que era uma ocupação irregular, tomada por traficantes, etc., etc., e hoje existe no mapeamento da cidade para virar um horto municipal. Voltou, a vegetação está aflorando e etc., etc. Conheço pessoalmente o empenho, a dedicação do dr. Carlos Romero com cuidado com a natureza, com o meio ambiente e nós que somos veteranos na cidade, nós que conhecemos a cidade, a gente sabe que João Pessoa vem definhando, vereador Marcos Henriques, ao longo dos anos. A nossa área verde, ela vem se acabando



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

de uma forma muito célere. E um projeto como esse, dessa envergadura, é muito importante, não só que a gente aprove, mas que a gente fomente, a gente valorize. E cuidemos da nossa cidade porque urge às futuras gerações, para que a gente possa dizer para os nossos filhos e netos, dizer que: aqui eu pedalei e você continua pedalando. Hoje, tem lugares em que a gente pedalava antigamente, antigamente não, há cinco, seis, dez anos que hoje não mais podemos dizer que podemos pedalar porque está ocupado, desmatado. Então, parabéns a dr. Carlos Homero, parabéns ao prefeito Cícero Lucena, parabéns a essa Casa”. O Sr. vereador Milanez Neto disse: “Vereador Marcos Henriques, nós precisamos comemorar com o professor Carlos Romero, sim, e permita-me, Presidente Dinho, a Prefeitura mandou porque o promotor Carlos apresentou um projeto para ele apenas assinar. A política de meio ambiente que vem se fazendo na cidade de João Pessoa, nos últimos quatro anos, vai de encontro a tudo que se deveria fazer. Ontem, esta Casa recebia o Rio Gramame, para discutir o meio ambiente, o que a Prefeitura tem feito às margens daquele rio e nós não vimos esse cuidado. Quando nós vamos discutir a poluição da orla de nossa cidade, nós também não estamos vendo esse cuidado. Quando nós vamos ver os desmatamentos que estão sendo realizados todos os dias em nossa cidade, também não tem esse cuidado. Esse projeto foi apresentado, encaminhado a essa Casa, a gente precisa comemorar, sim, mas comemorar e agradecer ao promotor de Justiça, professor Carlos Romero, e aí também eu preciso agradecer ao empenho do Presidente Dinho e dos demais vereadores que receberam, na Câmara Municipal, o promotor, o projeto e encaminhou para a Prefeitura. Na verdade, vereador Marcos Henriques, sou solidário a todas suas palavras. Realmente, meio ambiente é algo que está bem distante do que nós deveríamos sempre estar fazendo, enquanto prefeitura municipal”. O Sr. vereador Raoni Mendes disse: “Sr. Presidente quando a Promotoria recomenda um projeto e o Prefeito acolhe e encaminha essa Casa, a gente não pode desmerecer o intento, a capacidade daquele que hoje aguarda o imbróglcio que tem o Parque das Águas, o Parque Cuiá, o Parque da Cidade, que aguarda o Parque da Cidade ser liberado da Justiça, que tem feito o plantio de árvores sequenciadas em nossa cidade, que tem feito drenagem e pavimentação, tendo cuidado de poder também plantar árvores, em cada obra entregue. Então, desmerecer a capacidade da Prefeitura no cuidado do meio ambiente é não reconhecer o que foi feito, mas é o que resta para a oposição. Muito obrigado, Sr. Presidente”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 17; contrários: 0; abstenções: 0; ausentes: 11.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

O Sr. Presidente, vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “Tinha uma outra solicitação do vereador, mas o projeto está sem número. Então, tem que identificar o projeto e ainda precisa parecer das duas comissões. E ainda tem que ser lido? Então, tem que providenciar porque não foi lido ainda e não tem o número do projeto. Então, para colocar celeridade para tramitação do projeto”.

3 GRANDE EXPEDIENTE (***)**

1º Orador

O orador, Sr. vereador Guguinha Moov Jampa, disse: “Bom dia. Vou usar o Grande Expediente para falar o que eu já trouxe no Pequeno Expediente, e esta Casa já vem debatendo ao longo do dia de hoje, a respeito da situação do Hospital Padre Zé. O Hospital Padre Zé não pode pagar por algo de alguns que estavam na administração passada e fechar as portas. A Justiça tem que olhar com bons olhos e saber a importância que aquele equipamento tem para a cidade de João Pessoa. E ele tem, exatamente, para quem mais precisa. A gente não vê pessoas da classe alta, pessoas que têm plano de



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

saúde, frequentando o Padre Zé. As pessoas que frequentam o Padre Zé são pessoas humildes desta cidade. Já falei ao presidente Dinho que me coloco à disposição para fazer parte da comissão desta Casa, porque esta Casa tem uma obrigação de dar as mãos por aquele hospital. São 90 anos de história, e o legado que o Padre Zé Coutinho deixou não pode morrer. Eu acho importante este debate não morrer nesta Casa, que a gente possa discutir cada vez mais. Ontem, fiquei surpreso com a decisão, quando fui marcado em várias postagens no Instagram, em relação ao Hospital Padre Zé. Escutei o secretário Luiz, no seu próprio Instagram, quando ele falava que, junto com a administração atual, eles impetraram uma ação na Justiça, e aquilo me deixou satisfeito, quando eu vi que a Prefeitura está empenhada para que o convênio com o Hospital Padre Zé seja mantido. Eu acho importante, e é por isso que no Pequeno Expediente eu fiz um apelo ao doutor juiz, para que ele reveja essa decisão. O Padre Zé não pode pagar por um grupo e, principalmente, pelo ex-padre que ali se encontrava. Se o Padre Zé tem uma dívida, que tire tudo que tem no nome do Padre Egídio e que volte para os cofres daquela instituição, o que levaram. E hoje, a imprensa me perguntava se eu iria destinar alguma emenda para o Padre Zé. E eu disse que não só para aquela instituição, não só o Padre Zé, mas o Laureano ou outro hospital filantrópico. Esta Casa tem que ter uma fiscalização maior nas emendas também. Não só das emendas municipais, mas as emendas estaduais, federais, para que o dinheiro que seja destinado à instituição seja realmente aplicado. A gente está ali fiscalizando se realmente foi comprado o equipamento. Eu acho que é importante. Estou feliz, porque hoje, na imprensa, logo cedo, perguntavam: “Cadê os vereadores?” E eu disse: Oxe, como assim? A gente está usando a tribuna. E aí eu fiquei feliz, porque cada vereador que veio para essa tribuna, veio defender o Hospital Padre Zé. Então, parabenizar os meus pares, parabenizar o presidente Dinho, a Mesa Diretora, a todos os vereadores e vereadoras pela posição em relação ao Hospital Padre Zé. Sobre o outro ponto: agradecer a vocês, mais uma vez, por terem aprovado o projeto de lei sobre o Sabadinho Bom. E, quando eu falei aqui que o Sabadinho Bom tem a cara de alguns vereadores, principalmente a do vereador Marcos Henriques, é porque o próprio vereador Marcos Henriques, em outras legislaturas também defendeu o Sabadinho Bom, sempre esteve presente no Sabadinho Bom, e ele sabe da dificuldade que é e da importância que tem o Sabadinho Bom. E não é só o Sabadinho Bom, é a Casa da Pólvora, é o Pavilhão do Chá. Eu vou agradecer à vereadora Jailma por ter sido a relatora e pedir para que os outros projetos em relação à Casa da Pólvora e em relação ao Pavilhão do Chá também tenham um andamento mais rápido nas comissões, para que a gente vote também aqui neste plenário. Então, mais uma vez, agradecer a todos e fico à disposição para que, na comissão que o Presidente vai fazer, a gente possa resgatar e não deixar fechar jamais o Hospital Padre Zé, nos seus 90 anos. Muito obrigado”.

2º Orador

O orador, Sr. vereador Milanez Neto, disse: “Presidente, eu estava ali com o professor Odon Bezerra. Minha vontade hoje, vereador Odon, era realmente falar sobre o Hospital Padre Zé, e eu vou voltar ao Hospital Padre Zé. Mas, antes, verborragia, sobe a essa tribuna para fazer quem se cala quando vê ser publicado o ato que retornou quem comandava a regulação paralela do município. Verborragia é quem sobe a essa tribuna e se cala quando vê indiciados pela Polícia Federal voltarem ao serviço público. Verborragia é se calar diante das pessoas que comandavam a regulação de um médico, de nome Matheus, que teve que ser meio que escondido para não responder pelo que estava fazendo com os hospitais e as clínicas conveniadas com a saúde pública. Verborragia não é quem sobe a essa tribuna para defender o patrimônio da cidade de João Pessoa. Não sou eu que tenho feito verborragia. Verborragia é defender o indefensável, é fazer a política de, para agradar, ter que atacar, e ter que atacar dando polimento em um, mas também no outro. E aqui não dá para acender a vela para dois



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

deuses. Porque na minha mão tem dois documentos que desmentem a fala do secretário de Saúde na noite de ontem. Ele não foi autor de nenhuma ação em conjunto com o Hospital Padre Zé. Ele é o contrário. Quando ele foi levado a falar na ação do Padre Zé, ele apenas coloca que existe rejeição de contas em mais de dez termos de fomento. Mas ele não coloca, nesse mesmo documento, a importância da abertura desses 100 leitos para a cidade de João Pessoa. Ele não coloca que, se fechar esses 100 leitos, a rede pública não tem onde colocar os pacientes. Ele esqueceu de colocar que essas contas rejeitadas não são da atual gestão. Ele esqueceu [inaudível] que rejeitou as contas para falar a importância de tentar encontrar alguma forma de o hospital permanecer aberto. É muito importante o papel que a Câmara está fazendo hoje. Não era o nosso papel — até porque nós não tínhamos nem ciência desse espaço responsável —, esse papel era da Prefeitura Municipal, de chamar os órgãos, de sentar à mesa e encontrar a solução para dar um despacho, permanecendo e renovando aquele contrato. Mas não o fizeram. Quer olhar para trás? Não. Não vamos olhar para trás. Vamos apenas saber o que será feito a partir de agora para que o Hospital Padre Zé permaneça aberto. Quando eu defendi aqui — vou defender onde eu estiver — padre George, eu nunca o procurei, nunca estive ao lado dele, mas conheço a seriedade com que ele tem conduzido o Hospital Padre Zé. E também sei o que ele tem passado para não fechar o Hospital Padre Zé. E também sei o que tem recebido de apoio da sociedade civil e da classe política. O que nós não podemos é culpar a gestão pelo erro do passado, colocar a batata quente na mão de um homem de bem e, hoje, na hora de fechar o Hospital Padre Zé, padre George ficar sozinho. E todo mundo: ‘Não, foi a Justiça que mandou. Não, foi o Tribunal’. Até porque Tribunal não celebra contrato em nome da Prefeitura. Quem celebra é o secretário. Quem celebra é o Hospital Padre Zé. A Justiça não tem essa responsabilidade. E não adianta querer jogar no colo dos outros a nossa responsabilidade. O que importa saber é que o Hospital Padre Zé não pode ser fechado. O que importa, e devemos saber, é que aquele patrimônio não é da gestão de Luciano, de Ricardo Coutinho ou de Cícero Lucena. Ele é da cidade de João Pessoa. Uma saúde tão precária, e as pessoas que estão me vendo sabem que eu estou falando a verdade. O discurso de uma saúde perfeita, mas, quando se procura a saúde, ela é tão precária. E o pouco que nós temos, fechar as portas por irresponsabilidade dos outros, a gente não ter compromisso de defender o cidadão e a cidade porque achamos melhor, muitas das vezes, defender a própria gestão. Eu vou ficar com a cidade, com o Padre Zé, com o padre George. Eu vou ficar com aqueles que construíram a história do Hospital Padre Zé, com aqueles servidores que estão lá, há tanto tempo, dedicando sua vida ao hospital e àqueles pacientes. Eu vou defender os médicos que lá trabalham, os nutricionistas, as enfermeiras, fisioterapeutas. Eu vou defender aqueles que colocaram recurso naquele hospital usando a boa-fé. Vou continuar defendendo a história de Júlio Aurélio Coutinho e de tantos outros homens de bem que passaram por aquele hospital. Eu vou continuar defendendo o Hospital aberto. Eu vou aonde for necessário defender a importância daquele hospital. Mas sempre dizendo, vereador Odon, que a responsabilidade não era nossa. Se nós não tivéssemos tomado conhecimento disso na noite de ontem, a gente só ia saber quando o hospital estivesse de portas cerradas. E não é só o Hospital Padre Zé que está sofrendo esse tipo de retaliação. O Hospital São Vicente, recentemente, teve que mandar suspender cirurgia por falta de repasse de emendas. O Hospital Laureano já teve momentos extremamente difíceis por falta de compromisso da Prefeitura com esses filantrópicos. E não sei o que eles fariam se não fossem esses hospitais filantrópicos abertos. Eu não sei como seria a saúde sem o Laureano para tratar oncologia, sem o Hospital Padre Zé aberto para a gente colocar os pacientes que os outros hospitais não querem. Eu não sei o que seria do São Vicente se não fosse a parte de nefrologia daquele hospital e a dedicação daquelas pessoas. Mas a Prefeitura, ao longo dos quatro anos, não vem tratando esses hospitais da forma que merecem ser tratados. E, ainda, quem faz verborragia é o vereador Milanez. Olhe só a inversão de valores do que a gente vive na manhã de hoje.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Defender o Hospital Padre Zé é verborragia, mas defender essa gestão que tem destruído a saúde é fazer um belo discurso”.

Em aparte, o Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Vereador Milanez, esse problema deveria ter um empenho total da gestão, e não ir para o lado mais fácil, que é ter o pensamento de fechar e deixar fechado, ter o pensamento de não ir conversar com as autoridades. E o meu pronunciamento veio nesse sentido. Eu duvido ter um procurador, um promotor que não seja sensível a isso. Hoje, nós temos um déficit nas UPAs, nas Unidades de Saúde da Família, tremendo. Um déficit de uma cidade que cresceu bastante e a gestão atual não fez uma UPA sequer. E a cidade cresceu vertiginosamente, estamos com quase um milhão de habitantes. As Unidades de Saúde da Família, a exemplo de Verdes Mares, onde foi feita para dar assistência a 4 mil pessoas, hoje tem 30, naquela região, e o posto continua o mesmo. Então, esse problema do Padre Zé nos fez olhar a saúde, olhar com preocupação porque, se já está deficitário, se a gente perde o Hospital Padre Zé, a população geral, aqueles que mais precisam vão penar, porque não vão ter leitos suficientes na cidade de João Pessoa. São 100 leitos que tem, 90 leitos que estão sendo ameaçados. E nós, enquanto legisladores, temos a obrigação de fazer de tudo para que isso não aconteça. E conte com o meu apoio”.

Aparteando, o Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “O caso é muito sério e vai demandar de nós muito equilíbrio e ajuda mútua aqui para resolver esse problema. É um caos que será instaurado se o Hospital Padre Zé fechar as portas verdadeiramente. Mais de 100 leitos, aonde vão essas pessoas? Emendas que foram destinadas e não puderam ser destinadas, Presidente Dinho. Só eu, foram R\$ 275 mil para o Hospital Padre Zé. Se o Hospital Padre Zé não recebeu, que outra instituição vai receber? Vários vereadores aqui. Então, a gente está falando também de cifras que estão a receber. Mais uma vez, a gente vai precisar recorrer à sensibilidade do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, da Prefeitura e dessa Casa para que a gente tenta realmente sanar problemas sérios na cidade”.

Retomando a palavra, o orador, Sr. vereador Milanez Neto, disse: “Para concluir, agradecendo os apertes, eu queria aqui me solidarizar ao padre George. Eu vou me solidarizar com o senhor, padre, porque o senhor, antes de assumir o Padre Zé, procurou a sociedade civil organizada e a classe política. Disse que era a missão mais difícil que iria assumir em sua vida, e todos nós nos comprometemos em ajudar o senhor a vencer esse desafio. Alguns podem ter corrido dessa solidariedade, mas conte com o mandato que eu represento, conte com essa Casa. Quero me solidarizar com as famílias dos pacientes que estão lá, nesse instante, com medo e assustados. E, mais do que isso, eu vou me solidarizar com João Pessoa, que precisa vencer esse momento difícil com a saúde pública está passando nesse instante. Entre o Padre Zé e a Prefeitura, sou Padre Zé. Vou defender a saúde e não tenho medo de vir para cá fazer... se isso for verborragia, eu não tenho medo de vir para cá fazer esse tipo de discurso”.

Excepcionalmente com a palavra, o Sr. vereador Wamberto Ulysses disse: “Fazer um registro, Carlão, de uma observação que você fez. Eu estive — acho que há cerca de um mês e meio, mais ou menos — lá no Hospital Padre Zé, participando de uma audiência com a presença do nosso deputado Hugo Motta. Também estava presente o presidente do Tribunal de Justiça, Fred, o deputado Branco e todo o corpo de direção daquele hospital, juntamente com nosso padre George. Então, o registro que eu faço de todo o relato, de toda a preocupação feita lá por padre George ao deputado Hugo, que teve essa sensibilidade, escutou as demandas, os problemas que têm lá de financiamento, de empréstimo e de muita coisa acumulada, porque a gente tem que distinguir sempre o CPF do CNPJ. E o CNPJ daquela instituição é puro, é limpo. Então, assim, Hugo já ligou para o presidente da Caixa Econômica, durante a reunião, para ver o que poderia ser feito em relação ao empréstimo, que eles tiveram que voltar a pagar esse empréstimo, como também para a questão das verbas federais que estão bloqueadas. Então, há toda uma sensibilidade de toda a população, do poder público. Tenho certeza que o Presidente



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

também é uma pessoa colocada por Deus para intermediar essa decisão final, e eu tenho certeza que tudo será em benefício da população, que é quem mais precisa em João Pessoa”.

3º Orador

O orador, Sr. vereador Raoni Mendes, disse: “Acredito que a carapuça serviu porque, em nenhum momento, eu direcionei a fala a nenhum dos vereadores, seja de situação, seja de oposição, mas daqueles que usam da tribuna, pela capacidade que tem de articular suas palavras, para tentar confundir a opinião pública. Vossa Excelência é contra o Padre Zé? Jailma, Odon, Pastor Wamberto, Dinho, Carlão, Guguinha? Tem alguém aqui contra o Padre Zé? Ninguém. Em absoluto, ninguém desta Casa é contra a história do Padre José Coutinho e da instituição criada por ele. Agora, é fato que houve um problema no decorrer dos últimos anos e que foram recorridos ao querido amigo, estimado, de acolhida, a época, quando chegou nessa terra, padre George. Eu vou dividir meu tempo com o meu líder, Odon Bezerra, dos 10 minutos, vou ceder o tempo para ele, para que, juridicamente, fique mais uma vez claro, o papel da Prefeitura. De fato, o que nós precisamos, e eu creio que a reunião que está acontecendo com os desembargadores, com o Hospital Padre Zé, padre George, todo o seu jurídico, tem, ali, um direcionamento claro e que, se assim seja, encontre o caminho necessário para o não-fechamento. E é essa discussão que foi levantada porque, ontem, a nota oficial do Padre Zé fez esse apelo, fez essa observação, para que nós estivéssemos, hoje, aqui, debatendo. Agora, o que eu não vou aceitar é tentar pegar a oportunidade de uma obra social tão bonita quanto o Padre Zé, para atacar a gestão que quer resolver o problema. Aí eu não posso aceitar. Não aceito, por clareza de que defendo a gestão que está fazendo uma transformação na cidade de João Pessoa. Transformação onde você pode, hoje, marcar seu exame no *João Pessoa na Palma da Sua Mão*. Quantos exames são marcados? Oito, nove, dez exames. Cirurgias então, nem se fala. Uma gestão que abriu o Hospital Geral do Câncer. Uma gestão que tem portas abertas para AVC, em situações cardiológicas na cidade, que não tinha anteriormente. Uma gestão que está reformando a totalidade dos PSFs do nosso município. E eu, fazendo a defesa da gestão, estou defendendo a população. Ou seja, nós temos 30% do investimento de saúde pública, quando era obrigatório apenas 15. Cem por cento a mais de investimento, do município. O município coloca recursos próprios para a gestão de saúde, e você quer dizer que não é para defender a população? Eu não estou defendendo, aqui, pessoas, eu defendo uma gestão operosa que tem os seus problemas e reconhece seus problemas, reconhece as suas limitações, mas defendo, sim, uma gestão que busca solucionar os problemas e que não traz, de forma alguma, vergonha, em nenhum momento, a nenhum dos vereadores que fazem parte da defesa dessa gestão. Então fica aqui minha observação clara de que eu não aceito verborragia de quem quer que seja, sobre uma situação. Eu não posso utilizar a questão do Padre Zé para atacar a gestão pública, seja ela qual for, porque, lá trás, não se levantou uma voz contrária a tudo isso. Então, tenhamos essa coerência no nosso discurso. E, na manhã de hoje, todos nós somos Padre Zé. Muito obrigado”.

4º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Odon Bezerra, disse: “Prezado Raoni, agradeço a cessão de tempo e lamentar, lamentar porque se pediu a prorrogação da sessão para se debater e eu fiquei até o final. Nem o vereador Milanez, nem o vereador Marcos, que fizeram duras críticas, permaneceram, porque, logicamente, eu ia conceder o aparte daquilo que eu estou falando. E aprendi, dentro da minha profissão, o amor pelo debate. E é o que estamos fazendo hoje aqui, vereadora Jailma. Eu escutei, atentamente, o pronunciamento do vereador Milanez, o aparte do vereador Marcos. Primeiro, eu não venho aqui conjugar qualquer verbo na primeira pessoa. Eu quero conjugar na primeira pessoa, mas do plural: nós. Nós temos responsabilidade com o Hospital Padre Zé, nós temos que lutar para que aquela



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

casa não feche e aqui, a todo instante, colocou-se a culpa na Prefeitura Municipal de João Pessoa, quando ela é a menos culpada. Primeiro, a gestão anterior, que debatemos tanto aqui, que foi motivo até de matéria a nível nacional. Grande escândalo. Falar sobre a honorabilidade do padre George? Eu o conheci aqui quando veio pedir socorro. Foram essas palavras dele no gabinete da presidência. E eu me comovi, me compadeci e que jamais tinha colocado um real como emenda e coloquei. Acho que foi singela, cinquenta mil reais, duas vezes. Deveria ter colocado mais, mas foi esse o acordo que fizemos aqui, dentro do plenário, que cada vereador destinasse cinquenta mil reais. Eu cumpri. Mas eu queria, a ausência atrevida, responder ao vereador Marcos. Ele hoje teve duas infelicidades grandes. A primeira na questão ambiental, aonde a matéria era do Executivo e a segunda quando ele diz que a Prefeitura foi pelo lado mais fácil. Olha, que lado mais fácil seria esse? Em negar um benefício e negar um contrato com um Hospital Padre Zé. Esse é o lado mais fácil? Não. Tenho certeza de que é o lado mais difícil. E o lado mais difícil por conta de exigência legal. Eu tive a preocupação, na qualidade de advogado, que não perco nunca, eu estou vereador, mas eu sou advogado, e vou lutar para o que diz a lei. E aqui, vereador Carlão, Vossa Excelência, como também advogado é, eu vou para o Artigo 29, da Lei 8.666. A Lei das Licitações. E o que ela diz? Diz textualmente: *certidão de quitação de tributos federais da Receita, certidão de regularidade de FGTS, certidão de débitos trabalhistas, certidão de regularidade fiscal com o estado e com o município*. Eu pergunto: o Hospital Padre Zé estava regular com essas certidões? A resposta é única: não. Qualquer estudante de Direito, do primeiro período, ia dar um parecer contrário. Por que? Porque não existem, vereador Milanez, as certidões. Então, o parecer que Vossa Excelência disse que era primeiro de abril foi antecipado, mas por quê? Porque dentro do processo administrativo, teve que se manifestar pela concessão ou não, pela realização ou não do contrato. Eu confesso, se eu estivesse na condição da Secretaria Municipal de Saúde, eu daria o parecer contrário, conforme a letra fria da lei. A outra infelicidade do vereador Marcos. Será que tem algum promotor que é contra? Tem um juiz. Está aqui a decisão do juiz, e eu vou ler parte dessa decisão. Está aqui, veja: *ainda que o autor alegue a relevância social dos serviços prestados, não se pode olvidar que a renovação contratual é ato discricionário da administração*. Aí, se lêssemos até aqui e colocássemos um ponto, caberia a carapuça à Prefeitura Municipal de João Pessoa. Todavia, ele coloca uma vírgula, vereador Milanez. E é fácil entender: *condicionando ao cumprimento das exigências legais*. Isso o que a Prefeitura fez. Isso não significa, logicamente, que a Prefeitura foi contra, de forma nenhuma. Até pela palavra do próprio secretário e a manifestação dele nos autos, que eu tive a preocupação também de ver. Está aqui, na parte final, vereador. Deixa-me pegar aqui. Ele diz, textualmente, da relevância social que tem o hospital. Ele, em momento algum, se negou ou escamoteou para não concretizar. Ele disse isso ao próprio Judiciário, que tinha interesse dada a relevância. Agora, encontrou um óbice e o óbice é a lei inclemente. Infelizmente, o jargão tem que ser utilizado: *dura lex, sed lex* - a lei é dura, mas é a lei. E veja, se por acaso, ele assina este contrato, futuramente ele ia responder, e aí me permitam, aqui deveria ter sido entrado com uma ação de pedir o efeito negativo à certidão positiva. É isso que os municípios fazem, é isso que o estado faz. Eu tenho certeza de que aqui, o Judiciário vai entender que tem que se dar o efeito suspensivo nessa decisão e que o Tribunal de Justiça vai acatar. Pelo que eu conheço da magistratura paraibana, pelo que eu conheço dos desembargadores, e aí não será a decisão de um, mas será uma decisão colegiada. É isso que nós vamos buscar. É essa a minha proposta para a comissão”.

Excepcionalmente com a palavra, o Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho disse: “Agora, eu só quero, para concluir, eu assinei esse contrato, no ano passado. Era de setembro para outubro, de outubro foi para novembro. Eu fui como testemunha do contrato para receber os dois milhões e trezentos mil da Câmara. E existia uma divergência estadual e federal. Sabe como foi a solução? Os dois assinaram em conjunto, vereador Odon. Porque já no ano passado já existia veto ao recebimento



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

do recurso por conta de prestações de conta anterior, e aí, se não recebessem esses dois milhões e trezentos mil reais da Câmara, prejuízo enorme. Inclusive, estava para o pagamento de oxigênio, que as faturas já estavam vencidas. E pacientes sem oxigênio é morte. Então houve esse acordo, depois de muito, e eu fui, inclusive, assinar esse documento no Ministério Público, fui como testemunha de padre George, participei, por isso que é importante a comissão e a gente participar e arranjar solução. Eu acho que a Casa não deve fazer um cavalo de batalha e, sim, arrumar a solução para evitar o fechamento. Agora, já havia esse problema. E no ano passado, já também a preocupação deste ano, do convênio, para ser assinado com a Prefeitura, porque, da mesma forma para assinar o recurso já havia o impedimento jurídico e foi preciso tanto o promotor federal, como dr.^a Janaína, do Ministério Público Federal com o procurador federal, participou, inclusive. Os dois assinaram dando o aval para que a Prefeitura repassasse o dinheiro. E já lá atrás, no ano passado, eles previam que para o ano, o convênio, para ser assinado este ano, seria esse problema. Está aí o problema. Tem que haver a solução. Por isso a minha sugestão da comissão”.

Retomando a palavra, o orador, Sr. vereador Odon Bezerra, disse: “Então, se aqui houvesse uma decisão unilateral da Prefeitura Municipal e que dissesse que não tinha interesse, tem interesse, vereador Milanez, tem total interesse porque, como disse e vou repetir, é interesse de toda sociedade, não apenas de João Pessoa, mas de todo o estado da Paraíba, eu tenho a plena convicção de que o prefeito Cícero Lucena está extremamente preocupado e hoje, pela manhã, o secretário Luiz estaria tendo uma reunião com o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual em busca de uma solução e a própria nota da Prefeitura diz textualmente. Agora, assinar um contrato como esse, futuramente poderia trazer improbidade para com o gestor”.

Aparteando, o Sr. vereador Milanez Neto disse: “Vereador Odon, primeiro, deixa eu dizer a Vossa Excelência que o debate sempre foi a principal arma que eu conduzi na Câmara, seja governo, seja oposição. Acho que o debate é importante para a Casa. Eu só vou divergir em duas coisas, que eu acho importante fazer a divergência. Primeiro, eu coloquei a verdade, que o despacho tinha sido anterior a ação e que a ação não tinha sido por parte da Prefeitura. Tinha sido uma ação por parte do próprio Padre Zé contra uma decisão já da Prefeitura. E o Presidente da Casa, vereador Dinho, para mim tem fé de ofício, ele demonstrou agorinha, na fala dele, que quando quer se resolve, mesmo com certidão rejeitada no passado, agora recente, os poderes se juntaram, foram ao Ministério Público Federal e Estadual e mantiveram o pagamento de dois milhões e trezentos da emenda impositiva da Casa ao Hospital Padre Zé. E aí, vereador Odon, me permita, com o respeito que eu lhe tenho, como carinho e atenção que eu lhe tenho, já às vésperas da Semana Santa, com meu espírito totalmente desarmado, Vossa Excelência já de branco, eu preciso lhe dizer que o que faltou à Prefeitura foi a humildade de fazer o que foi feito, num passado recente, quando o Presidente da Casa acabou de testemunhar que ele, a Prefeitura, Ministério Público Federal e Estadual assinaram o compromisso de liberar dinheiro mesmo como certidão. O que a gente está pedindo é: o Hospital Padre Zé precisa estar aberto, o poder público precisa atuar e, infelizmente, até hoje, espero que a partir de hoje atue, não tinha atuado ainda, para manter as portas do Hospital Padre Zé abertas”.

Ao apartear, a Sr.^a vereadora Jailma disse: “Presidente e o nosso líder, só para me acostar. Acho que o senhor foi muito feliz quando o nosso líder que traz aí a proposta de montarmos uma comissão, e o nosso Presidente que, na sua fala foi muito breve e objetivo, mas reafirmando o compromisso dessa Casa com uma pauta que é de tão grande importância, principalmente no combate à vulnerabilidade e a seguridade da saúde. Então, aqui eu me coloco à disposição, quero estar junto na comissão e digo que o caminho é esse, é dialogar com os poderes, a Casa já reafirmou que é importante, tenho certeza de que o Poder Executivo também, buscar o Judiciário para a gente pensar uma solução, que é isso que o



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Presidente traz, quem sabe aí um TAC, um Termo de Ajustamento de Conduta, mas que o objetivo seja a permanência e o funcionamento do Hospital Padre Zé. É isso, boa tarde a todos e a todas”.

Retomando a palavra, o orador, Sr. vereador Odon Bezerra, disse: “Vereador Milanez, Vossa Excelência sempre tem e terá o meu respeito. Eu entendo, e aí ninguém tira daquilo que eu penso, que a democracia tem dois pilares e que ela é sustentada por esses dois pilares: a situação e a oposição. Ela tem que existir para que debates como esse venham, porque muitas vezes se faz uma cortina de fumaça e pode se trazer uma inverdade. E quantas vezes eu já voltei, já mudei de opinião? Vossa Excelência sabe disso. Então, vamos buscar o entendimento. Eu tenho certeza de que Vossa Excelência vai fazer parte dessa comissão e nós iremos ao Tribunal de Justiça buscar a solução, seja um Termo de Ajustamento de Conduta para que se amolde à lei e que se dê o efeito suspensivo a essa decisão e também, no que se refere a certidão, que ela tenha o efeito negativo. É isso que eu peço apenas e vou tentar falar isso com o presidente do Tribunal de Justiça”.

5º Orador

O orador, Sr. vereador Wamberto Ulysses, disse: “Eu subo nesta tribuna hoje para apresentar o meu primeiro projeto de lei. Como tudo na minha vida tem um toque de Deus e um direcionamento divino, vem no momento certo, porque faz 10 a 12 dias que nós estamos trabalhando com a nossa assessoria jurídica, e caiu, mesmo, digamos assim, no meio desta turbulência que estamos vendo sobre o Hospital Padre Zé. Eu tenho certeza e plena convicção que este projeto vai marcar o fortalecimento da nossa rede de atendimento à saúde, de modo especial aos hospitais filantrópicos que prestam assistência ao Serviço Único de Saúde. Trata-se da criação do programa Pró Saúde JP, que tem como objetivo maior promover a reestruturação dos hospitais filantrópicos, UPAs e policlínicas municipais. A população da nossa cidade depende majoritariamente dos serviços públicos de saúde. Muitos de nossos cidadãos, sobretudo os mais humildes, são atendidos diariamente por estes hospitais, que prestam serviço essencial com humanização, dignidade e compromisso. Eles não medem esforços para atender aos que mais precisam, e é por isso que este nosso projeto nasce com um propósito claro de garantir mais investimentos, apoio financeiro e estrutura aos hospitais filantrópicos da nossa cidade, que atuam com o SUS. O programa Pró Saúde JP permitirá que empresas privadas sediadas em nossa capital, e que são contribuintes do Imposto sobre Serviços, possam destinar até três por cento do valor dos impostos devidos diretamente para projetos apresentados por estas instituições filantrópicas, desde que vinculados ao programa. E mais, o montante global poderá ser utilizado para aplicação em projetos vinculados ao programa Pró Saúde JP, por meio do incentivo ao contribuinte, não podendo este ser superior a 0,8% da receita líquida do ISS da nossa cidade. Estes valores ficam vinculados à destinação que lhes foram atribuídas no projeto que foi apresentado por cada instituição ou identidade. O exame e a aprovação destes projetos inscritos no programa Pró Saúde JP caberão a um órgão colegiado, a ser definido conforme regulamento, observando as condições estabelecidas por esta lei ordinária. As empresas contribuintes do programa Pró Saúde JP poderão efetuar o credenciamento de entidades sem fins lucrativos para representá-los no acompanhamento e na fiscalização dos projetos, sem o pagamento de remuneração por tais serviços de interesse público. Os recursos do programa Pró Saúde João Pessoa poderão ser aplicados, e agora é a parte mais importante, para aquisição de insumos, equipamentos médicos, reestruturação, manutenção, além de outras despesas de custeio, tudo com o objetivo de melhorar a capacidade de atendimento e a qualidade dos serviços de infraestrutura da nossa cidade. Não se trata apenas de repassar recursos, o programa, como bem disse, contará com uma análise rigorosa de um órgão colegiado municipal, que será responsável por avaliar os projetos, assegurando que os critérios técnicos e objetivos sejam respeitados, garantindo total transparência e efetividade nos investimentos. Esse projeto, como eu disse, nasceu hoje, neste dia e, com certeza, com



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

a solução do programa do Padre Zé, a gente tem certeza de que ele vai gerir bons recursos e vai ajudar não só a fechar, mas em aquisição de melhorias futuras para aquele hospital, que tanto merece, que tem 100% do seu serviço prestado à população que é usuária do SUS. Neste sentido, o projeto que ora apresento nesta Casa chega neste momento para dar apoio financeiro e garantir a ampliação do atendimento, também oferecendo um serviço de qualidade humanizado para a população. Eu acredito muito na força da união e no compartilhamento de propósito em torno de uma grande causa. Por isso, tenho a mais absoluta certeza de que João Pessoa, a iniciativa privada e as instituições filantrópicas caminharão juntos em uma verdadeira aliança pelo fortalecimento da nossa saúde pública, garantindo uma rede de atendimento com mais atenção e qualidade para quem mais precisa. Investir na saúde é investir na dignidade humana, é permitir que mães, pais, filhos encontrem um atendimento mais humanizado, equipamentos modernos, leitos disponíveis e profissionais mais bem amparados para desempenhar suas funções. O programa Pró Saúde JP é mais do que um projeto, é um gesto de responsabilidade com quem salva vidas todos os dias. É a valorização de quem se doa para garantir o direito mais básico de todos: o direito de viver com saúde. Por isso, eu peço aos nobres colegas a aprovação desta proposta, e vamos juntos dar este espaço fundamental em favor da saúde de João Pessoa”.

Em aparte, o Sr. vereador Guguinha Moov Jampa disse: “Primeiro, parabenizar o vereador Wamberto. Tudo que for melhor para a saúde é importante para esta cidade. Claro e evidente que vou olhar de perto esse projeto. A gente tem que ter uma saúde humanizada em João Pessoa, é o mais importante, e a gente sabe que tem locais que precisam deste acolhimento para a população de João Pessoa. E digo ao senhor, primeiro, lhe parabenizando, que o que for bom para a saúde de João Pessoa, eu estou apoiando, eu estou dentro, pode contar com o meu apoio em relação a este projeto. Vamos analisar devagar, olhar e ver o melhor, mas eu tenho certeza de que, vindo de Vossa Excelência, este projeto vai não só melhorar a saúde na nossa cidade, mas principalmente, tendo essa fiscalização, que é o mais importante, porque a gente está falando de dinheiro público, e quando se fala de dinheiro público, principalmente para a saúde, tem que ter uma fiscalização ainda melhor, porque se tivesse, não teria acontecido o que aconteceu no Padre Zé. Então, parabéns ao vereador, e pode contar com o nosso mandato”.

Retomando a palavra, o orador, Sr. vereador Wamberto Ulysses disse: “Só para dizer que este dinheiro não vai ser tirado dos cofres da Prefeitura, da gestão, pelo contrário. O empresário vai poder destinar até 3% do que ele já contribui para o ISS. Então, a emenda agrega ainda mais ao valor para que possamos ter um serviço público de qualidade. Muito obrigado a todos, Deus abençoe e um ótimo trabalho”.

6º Orador

O orador, Sr. vereador Carlão Pelo Bem, disse: “Bom dia, vereadores. Breve na fala, uma vez que logo mais nós teremos a importante sessão na Câmara Municipal de João Pessoa, dentro de uma hora. Sessão tratando sobre o Dia da Conscientização do Autismo, mas, mais do que isso: de que práticas, efetivamente, a Câmara Municipal de João Pessoa, a Prefeitura de João Pessoa, o Governo do Estado, a Assembleia Legislativa, a sociedade vêm participando desse processo importante de conscientização. A importante defesa desses direitos, dessas garantias e da luta para que, cada vez mais, o preconceito seja afastado e a garantia de direitos preservada. Tenho conversado com vários pais, com o setor privado, com parte da Secretaria de Saúde, falando da necessidade de implementarmos políticas verdadeiras dentro da conscientização do autismo e de que maneira a gente pode contribuir para a redução do preconceito, mas, principalmente, para o aumento e a inclusão dessas pessoas na nossa sociedade. Dentro de casa, se cada um puder fazer um pouquinho, um pouquinho só, sobre a



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

importância do autismo, eu tenho certeza que a gente consegue avançar muito. Aonde está a minha capacidade? Aonde está o meu trabalho? Até onde eu posso ir como advogado? É ajudando as instituições, é aparelhando as instituições, associações beneficentes, organizações não governamentais, para que possam receber recursos e amparem essas famílias? Vamos fazê-lo! Se você, como um profissional de arte marcial, eu, como professor de jiu-jitsu posso contribuir com isso, vamos contribuir. O Instituto Luta Pelo Bem é aonde eu destino uma parte de recursos, por meio de emendas, para alcançar e favorecer o esporte, as artes marciais, ele tem um compromisso com isso. E as emendas vão carimbadas para que projetos que sejam voltados para o autista sejam estimulados, incentivados e financiados com recurso do erário público por meio do contribuinte. A discussão sobre o autismo vai acontecer na próxima sessão aqui, hoje, dentro de uma hora, mas a gente precisa referendar, e quanto mais nós falamos aqui, que mais fique registrado: a gente precisa vencer uma barreira. A gente precisa fazer com que as escolas que hoje atendem crianças autistas deem a eles a verdadeira garantia e os verdadeiros direitos que lhes são concedidos. E o nosso papel, como vereador da cidade de João Pessoa também será esse: lutar pelos nossos irmãos autistas. Como advogado, lutar para que seus direitos sejam garantidos. Como professor de arte marcial, fazer com que o espaço de luta seja um espaço também de crianças e jovens autistas, para que eles possam desenvolver a sua capacidade motora, para que eles possam desenvolver-se mais mentalmente, fisicamente. O amparo dentro da própria religião, de que maneira a religião pode absorver os nossos irmãos e ajudá-los nesse crescimento e na quebra de preconceito. A gente precisa de envolvimento completo da sociedade para que a gente possa vencer esse desafio. E fica aqui o meu registro à lamentável nota do Hospital Padre Zé, que tanto foi debatida nessa Casa. Fechar o Hospital Padre Zé é fechar a história de um homem, de um sacerdote que deu sua vida por aqueles pacientes. Fechar o Hospital Padre Zé seria um atestado de incompetência e sensibilidade, e a gente não pode permitir. A Câmara Municipal de João Pessoa pode fazer muito e fará. Se naquele momento era só destinar emendas, assim foi feito: destinei emendas em 2022, 2023, 2024; ultrapassaram-se as cifras dos R\$ 300 ou quase R\$ 400 mil reais. Mas não foi o suficiente. Agora, para que o Hospital Padre Zé não feche as portas, talvez seja até preciso a gente fechar a boca e abrir a mente, agir mais e falar menos. Fechar o Hospital Padre Zé é fechar a possibilidade de pessoas terem vida, é fechar a história de Padre Zé Coutinho, é fechar a história da cidade de João Pessoa. Eu espero, realmente, que a fala de todos os vereadores aqui se transforme em ações hoje, amanhã, para que a gente possa conversar com o Tribunal de Justiça da Paraíba, com a Secretaria de Saúde da Prefeitura de João Pessoa, para que a gente possa chegar a uma solução. A aflição que chega nessas famílias, a dor e o desespero delas, agora, é de um sofrimento profundo. Não tem como a gente ler aquela nota e não dizer: 'Eu tenho que me comprometer com a ajuda, com o hospital'. Ninguém aqui é contra o Padre Zé, ninguém aqui vai poder abrir a boca para dizer que outro grande sacerdote que assumiu aquela missão... não o sacerdote que ocasionou toda aquela tragédia do Padre Zé, ele não fez aquilo sozinho, e é bom que se busque quem foram os parceiros de crime dele, quem o ajudou a levar e a lesar o erário público de mais de milhões e dezenas de milhões de reais. Mas agora é o momento de dizer: vamos deixar o Hospital Padre Zé aberto. Vamos lutar para uma reforma da decisão do Tribunal de Justiça. Se a própria sentença reconhece que existe um papel social relevante do Hospital Padre Zé, e que, no cumprimento da lei não poderia ter outra decisão que não o despacho da Prefeitura, que foi fechar, ou não emitir certidões, ou liberar as emendas que foram destinadas ao Hospital Padre Zé, que a gente consiga fazer com que o Tribunal de Justiça reforme essa decisão, em nome das mais de cem pessoas que estão nos leitos do Hospital Padre Zé hoje, em nome das centenas de pessoas que são assistidas todos os meses ali. Se a saúde de João Pessoa já está difícil, imaginemos sem os 100 leitos do Hospital Padre Zé. Imaginemos sem os profissionais de nutrição, enfermeiras, auxiliares de enfermagem, médicos. E se a gente fala de um grande hospital e de um grande sacerdote,



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

que foi padre José Coutinho, a gente tem de falar de um outro grande sacerdote, que é padre George, que sabia o tamanho da missão que ele estaria enfrentando, e abrindo mão do tempo precioso dele de sacerdote e fundador de uma comunidade, de fazedor de obras de misericórdia e de caridade, através do Instituto Júlia Micaele, da Fundação Padre Pio, a Comunidade Filhos da Misericórdia. Esse homem parou e disse: 'Eu tenho que ajudar o Hospital Padre Zé'. E, padre George, o senhor não está sozinho. Saiba que daqui, mais do que emendas, devem sair orações ao senhor, a cada paciente do Hospital Padre Zé, a cada pessoa que trabalha ali, orações ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público, a essa Casa e às casas legislativas, para que a gente deixe o Hospital Padre Zé de portas abertas. Nós não podemos assinar esse atestado de incompetência, insensibilidade, que cada um terá se o Padre Zé fechar as portas. E que Deus nos ajude nessa santa e longa missão”.

Na presidência, o Sr. vereador Guguinha Moov Jampa disse: “Dizer ao vereador Carlão que eu apoio todas as suas palavras. E dizer que estou muito feliz porque a Câmara toda vai estar de mãos dadas para que aquela instituição não feche as suas portas. E ainda digo mais, vereador Carlão: não tem que punir só o padre Egídio, não. É punir quem tem culpa, quem foi conivente, quem tem participação também. Lembrar que hoje, às 14 horas, em alusão ao Abril Azul, tem a sessão especial aqui. Convido a você que está em casa para participar. Não tendo mais orador inscrito, encerro a presente sessão”.

4 ENCERRAMENTO

Às 13h06, na presidência, o Sr. vereador Guguinha Moov Jampa declarou encerrada a presente sessão, marcando a próxima em local e data regimentalmente estabelecidos.

Esta ata foi elaborada pelo Núcleo de Redação de Atas da Casa (*****), sob a orientação da Primeira-Secretaria da Mesa Diretora dos Trabalhos, e submete-se à apreciação plenária.

(*) Com base nos dados registrados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL – sobre a referida Sessão.

(**) De acordo com pauta emitida pelo Setor de Expediente registrada no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.

(***) Com base na pauta emitida pela Secretaria Legislativa e em relatórios de votação disponibilizados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.

(****) Com base na lista de presença do painel.

(*****) Com base nos registros de áudio dos discursos proferidos, em documentos e em reprografias remetidos ao Núcleo.

Sala das sessões da Câmara Municipal de João Pessoa, aos 10 dias do mês de abril do ano de 2025.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Vereador Odon Bezerra Cavalcanti Sobrinho
Presidente da Mesa

Vereador Marcos Henriques e Silva (PT)
Primeiro-Secretário